

Nicarágua: Oito Anos de Revolução Popular

ALEXANDRE RANDS BARROS(*)

Resumo

Este artigo apresenta uma descrição da economia nicaragüense e suas principais transformações desde a Revolução em 1979. Ênfase é dada às políticas econômicas adotadas e às transformações estruturais ocorridas, principalmente nas relações externas, investimentos e reforma agrária. A Revolução foi dividida em três fases e as principais mudanças em cada uma dessas fases são apresentadas.

Palavras-chave: cooperativa agrícolas, estratégias de desenvolvimento, estratificação social, política econômica, reforma agrária.

Abstract

This paper presents a description of the Nicaraguan economy and its main changes since the Revolution in 1979. Emphasis is given on economic policies and structural changes, giving special attention to the foreign relations, investments and the agrarian reform. The Revolution is divided in three periods and their main changes presented.

Key words: agricultural cooperatives, development strategy, social stratification, economic policy, agrarian reform.

Introdução

A Revolução Popular Nicaragüense de 1979 embora tivesse hegemonia política de trabalhadores e camponeses, contou também com a participação de

O autor é estudante de Ph.D da Universidade de Illinois em Urbana - Champaign, EUA.

(*) Este artigo é o resultado de uma pesquisa desenvolvida na Nicarágua em Junho e Julho de 1987 que contou com o suporte financeiro da Tinker Foundation e do CNPq. Na Nicarágua recebi a valiosa assistência de Bob Sutcliff, Amalia Chamorro, Carlos Cerda e Mario Araña, fundamental na elaboração desta pesquisa. Sou grato a Analice Amazonas e Eduardo Sales por valiosos comentários a uma versão anterior deste artigo. Os erros e deficiências que persistem são, contudo, de minha inteira responsabilidade.

segmentos da burguesia (chamada de burguesia patriótica pelos Sandinistas) uma vez que um de seus objetivos iniciais era o respeito à propriedade privada, desde que seu uso não fosse contrário aos interesses das maiorias sociais. O Estado, porém, deveria participar ativamente da produção material, além, é claro, de aumentar seu controle sobre a economia para garantir que a dinâmica econômica respondesse aos interesses das maiorias. Dentro desta visão, o projeto econômico da Revolução era o estabelecimento de uma economia mista.

Há, porém, grandes diferenças entre a economia mista nicaragüense e a brasileira. No Brasil a hegemonia política é a da burguesia. Conseqüentemente, o papel do Estado na economia é basicamente dar suporte à acumulação privada sem evitar grande parte das distorções que uma economia de mercado gera, tais como concentração dos benefícios da produção nas mãos de uma minoria privilegiada. Na Nicarágua, os interesses dos setores populares, trabalhadores e camponeses, foram postos acima dos interesses de setores minoritários.

Essa diferença na hegemonia do poder político gera grandes diferenças na organização social e econômica. Por exemplo, enquanto no Brasil os sindicatos são tratados pelo governo com violência e são excluídos das discussões que cercam o processo decisório das principais políticas sociais e econômicas, na Nicarágua os trabalhadores, através de suas organizações, participam ativamente das decisões e atuam como fiscais do governo para garantir que a dinâmica econômica responda à lógica das maiorias.

Apesar de o objetivo principal do governo revolucionário da Nicarágua ser o de melhorar o bem-estar da população, principalmente dos trabalhadores e camponeses, vários problemas têm impedido que isto aconteça. Entre esses problemas estão a agressão norte-americana (tanto bélica quanto econômica), a herança de deformações estruturais na economia e as dificuldades inerentes a todo processo radical de transformações estruturais, como o que se tem tentado introduzir na Nicarágua⁽¹⁾. Estas dificuldades se agravaram no caso da Nicarágua por causa das respostas adversas da burguesia e das tensões de uma economia mista com hegemonia de classes sociais que não detêm o controle do processo de produção.

Neste artigo apresentaremos uma visão sumária das principais transformações econômicas verificadas na Nicarágua nos oito primeiros anos da Revolução. Nossa ênfase será dada às transformações estruturais, procurando mostrar o que tem sido feito pelo governo para atingir seus objetivos, inclusive

(1) Grande parte dos pequenos países da periferia que optaram por modelos econômicos que priorizam o bem-estar da maioria da população passaram (e passam ainda hoje) por grandes dificuldades econômicas no período de implantação desse modelo. Este tipo de generalização com a apresentação de vários exemplos foi feito por MORAMETZ (1980); COLBURN (1986, cap. 1).

enfocando o combate aos obstáculos de curto prazo e seus efeitos nas propostas de longo prazo.

Na primeira seção apresentaremos uma descrição das principais características da economia nicaragüense antes do triunfo revolucionário para que sejam melhor compreendidas as propostas e os problemas encontrados pela Revolução. Na segunda seção dividiremos a Revolução em três fases, que têm características bem definidas. Esta divisão facilitará a compreensão da dinâmica econômica do país no período em análise. Aproveitaremos esta classificação para apresentar os principais problemas e objetivos de cada fase, assim como as políticas governamentais para superar os primeiros e atingir os últimos. Com o propósito de mostrar o que aconteceu, faremos uma pequena avaliação das realizações dessas políticas.

A seção três traz uma avaliação das realizações e problemas da Revolução no setor externo. Para uma economia fortemente dependente como a da Nicarágua, a compreensão das transformações neste setor é fundamental para entender-se a dinâmica da economia como um todo. As seções quatro e cinco descrevem os problemas e realizações das duas principais mudanças que a revolução tem tentado implementar: a reestruturação dos investimentos e as transformações agrárias.

1. Antecedentes

Após a independência, na primeira metade do século XIX, a economia nicaragüense reproduziu-se subordinada ao mercado mundial, com ligações via capital mercantil estrangeiro (principalmente inglês), sem grande dinamismo até o último quartel do século passado, quando a cafeicultura começou a espalhar-se pelo país. Com este cultivo formou-se uma classe trabalhadora rural que dependia da venda de sua força de trabalho para sobreviver e acelerou-se um processo de acumulação de riqueza que se transformou em capital através de sua inserção na produção cafeeira. Desde então teve início um processo de acumulação primitiva, caracterizado pela expulsão dos camponeses de suas terras e seu conseqüente deslocamento para a massa de trabalhadores que dependia da venda de sua força de trabalho para sobreviver, o que foi uma constante na História da Nicarágua até a Revolução Popular de 1979⁽²⁾.

Paralelamente a este processo há uma constante integração da Nicarágua na divisão internacional do trabalho como nação produtora de bens primários. Neste período diversos produtos compõem a pauta de exportação da Ni-

(2) Vale salientar que este processo de expulsão dos camponeses das suas terras é um processo violento, já que a marginalidade de vastas terras nicaragüenses da economia mercantil havia criado condições para o assentamento dos camponeses em terras livres. WHEELLOCK (1985a, especialmente cap. 3) traz uma discussão detalhada deste processo.

carágua. Entre eles, além do café, vale destacar o algodão, o ouro, o índigo, o anil, o cacau, a carne bovina, a banana e a cana-de-açúcar. A integração com as potências estrangeiras, principalmente Estados Unidos, garantia o financiamento da produção e a sua inserção no mercado mundial.

A partir de 1950 há um processo de modernização da estrutura produtiva e do aparato político de organização da produção como conseqüência do impulso econômico que a expansão da produção algodoeira recebe na Nicarágua. Com esta modernização há uma expansão industrial caracterizada por um processo de substituição de importações. Essa indústria cresce para produzir não só bens de consumo mas também alguns bens intermediários, tais como inseticidas, fertilizantes e outros requeridos pelos métodos mais modernos de produção primário-exportadora, que já era utilizado na Nicarágua e demais países da América Central (ver GIBSON, 1987).

Nesta fase de expansão modernizadora, o Estado participa ativamente na garantia da infra-estrutura econômica requerida pelos novos investimentos (NUÑEZ, 1981, p. 27-8; CASTILLO, 1987, p. 5-6) e no financiamento da produção através de bancos estatais⁽³⁾. Além destas atividades o Estado garante a ordem e legitima a expulsão de camponeses de suas terras no processo de expansão dos latifúndios. Em ambos os casos a violência é um instrumento largamente utilizado.

Vale salientar que a modernização foi bastante excludente, atingindo apenas parte da economia, e, por isto, deixando de beneficiar a maioria da população. Além do mais, esta parte atingida diminuía com o passar do tempo. Entre 1950 e 1977 triplicou-se a produção do setor agropecuário moderno, mantendo-se o emprego mais ou menos estável (FITZGERALD, 1987a, p. 35). Desta forma quase todo o crescimento populacional vegetativo rural deste período precisou buscar emprego no setor agropecuário tradicional ou migrar para as cidades. Nas áreas urbanas o excesso de mão-de-obra era também um traço sintomático. Esta população andava vagueando pelas ruas à procura de bicos, permanecendo quase todo o tempo no subemprego informal (ver DE FRANCO, 1979, cap. 2). A indústria, que se desenvolveu bastante entre 1950 e 1980, não foi capaz de absorver a mão-de-obra disponível.

Apesar da modernização da produção e conseqüente aumento da produtividade não se perdia qualquer oportunidade para aumentar a mais-valia extraída dos trabalhadores nicaragüenses. A classe trabalhadora era mantida numa condição de vida deplorável⁽⁴⁾, com alto nível de mortalidade, péssimas

(3) No financiamento da produção há também uma grande participação do setor privado, incluindo-se também bancos estrangeiros.

(4) Em NUÑEZ (1981, p. 92-110) há uma boa descrição das condições de vida da classe trabalhadora nicaragüense no período 60-77, especialmente dos trabalhadores rurais. Sobre o mesmo assunto, incluindo-se informações mais atualizadas, ver GIBSON (1987); WORLD BANK (1981).

condições de saúde, educação, nutrição e habitação e extensas jornadas de trabalho⁽⁵⁾. Não se oferecia garantia no emprego rural, onde se encontrava a maior parte da população ocupada e a oferta de trabalho era basicamente sazonal, concentrando-se nos períodos de colheita do algodão, café e cana-de-açúcar. Nestes períodos de maior demanda recorria-se ao trabalho de mulheres e crianças como forma não só de complementar a oferta de mão-de-obra como também para barateá-la (ver NUÑEZ, 1981, p. 74-75 e 93).

Coexistindo com o setor moderno agroexportador, existia um setor tradicional voltado para a produção de bens de consumo para o mercado interno. Este setor era constituído basicamente por pequenas e médias propriedades que usavam predominantemente o trabalho familiar. A intensidade de trabalho deste setor era bem maior que a do setor exportador e as técnicas de cultivo bem mais atrasadas. À medida que o setor agroexportador expandia-se, absorvia as terras melhor localizadas do setor tradicional, induzindo uma redução da produção deste último, já que o mesmo se deslocava para terras piores e mais distantes. Parte da mão-de-obra ocupada no setor tradicional deslocava-se para a agroexportação no período de maior demanda. Vale salientar que a integração das produções moderna e tradicional, como anteriormente descrita, não era suficiente para garantir o emprego da mão-de-obra durante todo o ano. Parte da mão-de-obra temporária requerida no setor exportador não encontrava condições de reprodução no setor tradicional durante o resto do ano.

Apesar da industrialização por substituição de importações já ter tido um impulso na década de 50, devido à modernização antes referida, o maior ponto de inflexão na industrialização pré-revolução deu-se no início da década de 1960, em virtude da formação do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA). A queda dos preços dos produtos tradicionais de exportação, a proteção à indústria local e os incentivos fiscais levaram à transferência de capitais formados na agricultura para a indústria, crescendo desta forma a participação da produção industrial no produto interno⁽⁶⁾. A década de 60 contou também com um grande fluxo de capital estrangeiro para a Nicarágua, destinado à produção não só de bens de consumo, como também de bens intermediários (ver CASTILLO, 1987; WEEKS, 1985).

A produção industrial da Nicarágua avançou na sua integração vertical e regional na década de 60, vindo a produzir bens intermediários, principalmente para a agricultura. Na década de 70, porém, a desconfiança na solidez do MCCA fez com que os empresários locais passassem a substituir importações in-

(5) Nas plantações de algodão a jornada de trabalho nunca era inferior a dez horas (NUÑEZ, 1981, p. 93). Na cafeicultura a jornada de trabalho era também via de regra superior a dez horas, chegando em alguns serviços a 18 horas (ver WHEELLOCK, 1985a, p. 109).

(6) A indústria manufatureira representava 12,6% do PIB em 1960. Em 1970, passou para 19,2% (CEPAL, 1983). Entre 1960 e 1970 a indústria cresceu em média 11,1% ao ano (CEPAL, 1986).

tra-regionais, estagnando o processo de integração industrial. O processo de substituição de importações intra-regionais teve uma importante consequência: induziu mudanças no padrão tecnológico para plantas de produção menores. Todo o processo de transformações estruturais que se realizava na indústria nicaragüense foi freado na década de 70 porque o avançar desta década trouxe uma crise para este setor, oriunda da crise internacional e da crescente instabilidade política dentro do país⁽⁷⁾.

Vale salientar que como economia dependente e fortemente integrada com os centros do capitalismo mundial, principalmente os EUA, a Nicarágua não teve um desenvolvimento completo do setor produtor de bens de consumo ou de bens intermediários. Ao contrário, a substituição de importações desses bens deu-se em setores isolados, que por condições específicas de sua estrutura produtiva passavam a ser produzidos domesticamente. Esses setores e a maioria dos demais setores industriais e agrícolas com tecnologia mais intensiva em capital tinham um alto coeficiente de importação (ver tabela 11). O desenvolvimento industrial não foi suficiente para trazer o elemento propulsor da dinâmica econômica para os setores produtivos internos. A diminuição no ritmo de crescimento verificado na segunda metade da década de 60, como consequência da crise do setor exportador, foi uma evidência disto.

2. Periodização

Uma periodização de um fenômeno multidimensional como uma revolução é sempre arbitrária porque a escolha de elementos que venham a caracterizar as diversas fases é até certo ponto subjetiva. Aqui utilizaremos uma periodização que tem sido defendida pela FSLN⁽⁸⁾. As etapas nela definidas apresentam características bem marcantes quanto às transformações estruturais na economia, como será visto nas seções 4 e 5, quando tratarmos da política de investimentos e transformações agrárias. De acordo com tal periodização os oito primeiros anos da Revolução Popular Sandinista são divididos em três fases. Estas fases são definidas utilizando-se elementos econômicos e políticos. Poderíamos genericamente caracterizá-las como:

2.1. Fase de Bonança e Reconstrução: 1979-1982

Esta fase inicia-se com a economia bastante destruída em consequência da guerra de liberação. Segundo cálculo do Banco Mundial (WORLD BANK,

(7) Entre 1970 e 1975 a indústria manufatureira cresceu em média 5,9% ao ano. Entre 1975 e 1980 o crescimento médio anual foi de -0,3% (CEPAL, 1986).

(8) Esta periodização foi apresentada pelo Comandante da Revolução Ramón Cabrales em palestra no simpósio *Situación y Políticas Económicas 1987* em Manágua, 16/07/1987.

1981) houve uma perda de 2 bilhões de dólares na produção entre 1978 e 1980, além de uma grande perda no estoque de capital do país, na forma de infra-estrutura econômica e social, capital instalado e estoques. De acordo com estimativas da Cepal (1979), as perdas em infra-estruturas e capacidade produtiva chegaram a 481 milhões de dólares. Na indústria manufatureira esta perda chegou a 25% do estoque de capital fixo (DORE, 1986, p. 324). Os dois valores mencionados, quando somados, chegam a 94% do PIB de 1980⁽⁹⁾.

Nesta fase passa-se à organização inicial da economia, em condições em que “tudo dava certo” Havia uma grande capacidade instalada ociosa no setor produtivo devido à crise dos últimos anos da ditadura Somoza, que persistia apesar da grande destruição da guerra de liberação. No início tenta-se aproveitar esta capacidade ociosa e o afluxo de empréstimos estrangeiros em condições favoráveis para recuperar o nível de renda do período de pico anterior (1977). A lógica econômica desta fase era expandir o nível de consumo da população, principalmente de consumo básico, e reconstruir a estrutura produtiva, o que implicava expandir o investimento.

Era esperado que o Estado ganhasse maior destaque nas atividades econômicas, interferindo na luta de classes em favor dos setores populares, redistribuindo renda e incentivando um aumento no nível de emprego. O confisco das propriedades dos somozistas proporcionou ao Estado o controle de cerca de 40% dos meios sociais de produção⁽¹⁰⁾, o que por si só aumentou a sua importância na economia. Houve ainda a estatização do sistema financeiro e do comércio exterior e a criação de empresas governamentais empenhadas na distribuição de produtos dentro do país, além de um crescimento dos gastos correntes e dos investimentos do governo, sendo grande parte dos últimos aplicados em infra-estrutura social e econômica.

Como políticas que visavam cumprir os objetivos expostos na lógica econômica desta fase destacam-se:

- a) Políticas de melhoria nas condições de educação e saúde, com especial referência à famosa cruzada contra o analfabetismo (mobilizando mais de 200 mil brigadistas) e às jornadas populares de saúde (ver INIES, 1987b).
- b) Redução dos aluguéis pagos em moradias urbanas e das rendas pagas às terras por camponeses no meio rural.
- c) Crescimento do crédito interno aos setores produtivos (incluindo-se empresas do governo) e ao governo central. As taxas de juros nesses empréstimos eram fixadas pelo governo, sendo negativas em termos reais.

(9) O valor do PIB de 1980 utilizado foi de 2,7 bilhões de dólares, segundo dados fornecido pelo BID (1986).

(10) Este setor estatal veio a chamar-se *Área de Propriedad del Pueblo* (APP).

- d) Controle de preços ao consumidor e subsídio aos principais produtos da cesta de consumo básica.
- e) Aumento do emprego no setor público.
- f) Crescimento da carga tributária de forma progressiva e dos gastos governamentais, tanto em investimento como em gastos correntes. Os investimentos aumentaram em maior proporção que os gastos correntes e, apesar do aumento dos gastos ter sido proporcionalmente menor que o aumento da arrecadação nos três anos e meio desta fase, o déficit cresceu em termos absolutos (ver tabela 5).
- g) Transferência de recurso dos exportadores para o governo. Esta era uma política distributiva de renda uma vez que a exportação era uma atividade exercida predominantemente por grandes agricultores. A transferência era feita através do controle do comércio exterior e da determinação dos preços pagos aos exportadores independentemente dos preços externos dos produtos. Visava-se garantir uma rentabilidade aos produtores que era considerada politicamente justa. Assim, tinha-se uma taxa de câmbio implícita para cada produto de exportação. A taxa média para todas as exportações era menor (em córdobas por dólar) do que a de importação, que era fixa e permaneceu inalterada até 1982, quando se instituiu um imposto sobre algumas importações, alterando-se, desta forma, o câmbio real.

Paralelamente a estas políticas, que contribuíam para a consecução dos objetivos propostos, existiram políticas que produziram efeitos contrários aos pretendidos pelo governo. Dentre as de maior importância destacam-se a política salarial, que manteve os salários aumentando menos que os preços e o aumento de impostos em 1982 com maior ênfase nos impostos indiretos. Vale também salientar que em 82 o governo aplicou algumas medidas de estabilização, como a redução do crédito ao setor produtivo e o aumento de impostos antes mencionado, que afetaram o consumo da população e o investimento na economia. Como vários fatores exógenos afetaram negativamente a economia em 1982, tais como seca, inundação, queda dos preços internacionais das exportações e queda do comércio no MCCA, não se pode saber ao certo qual o papel das políticas de estabilização no desempenho da economia. Porém, é fato que a renda interna, o consumo, o investimento e as exportações caíram (ver tabela 1).

Apesar de o produto apresentar crescimento constante e a taxas altas em 1980 e 1981, a economia já começava a apresentar alguns desequilíbrios. No início do período revolucionário a produtividade da mão-de-obra diminuiu muito, estimando-se que tenha chegado a mais de 50% (RUCCIO, 1987, p. 75). Isto aumentou a tensão na economia, que independentemente deste fator já era grande em consequência da reorganização e do crescimento em um pe-

ríodo de definição de rumos. A inflação manteve-se em níveis elevados se comparada aos padrões anteriores do país, o mesmo ocorrendo com o déficit do governo e o déficit na conta corrente do balanço de pagamentos (ver tabela 3). Por isso o governo aplicou as medidas de estabilização antes referidas.

2.2. Fase de Solidificação da Aliança com os Camponeses e Reestruturação: 1983-1984

Esta fase é caracterizada pelo início de grandes transformações estruturais da economia. Nela o governo reconhece o surgimento de atritos com os camponeses, especialmente na condução da reforma agrária. A política governamental deu uma guinada econômica e política para garantir a aliança com os mesmos e solidificar a base de sustentação da revolução: a aliança entre trabalhadores e camponeses. Este passo fazia-se necessário para frear o avanço contra-revolucionário, que conseguiu ter o apoio camponês dentro da Nicarágua (ver McARTHUR, 1987, p. 17; VILLAS, 1987, p. 9-12). Esta é a fase em que a contra-revolução esteve mais forte⁽¹¹⁾.

A lógica econômica desta fase foi transformar a estrutura econômica a todo custo. Aproveitou-se a euforia popular, que também se estendia aos círculos governamentais, para iniciar-se um período de sacrifício no consumo visando desenvolver um programa de investimentos de longo prazo de maturação que traria mudanças substanciais na estrutura produtiva. A palavra de ordem, tanto na aplicação de recursos como na produção corrente, era produtividade. Por isso buscou-se racionalizar a utilização de recursos para reduzir o custo social presente dos investimentos e desenvolver projetos com tecnologia avançada. As políticas econômicas mais importantes desta fase foram:

- a) Aumento dos gastos do governo em maior ritmo do que as receitas. Os gastos de capital cresceram mais do que os gastos correntes devido ao programa de investimentos do governo (ver tabela 5).
- b) Reduziu-se o salário real por não se permitir que os seus aumentos acompanhassem a inflação (ver tabela 8). Criou-se o SNOTS⁽¹²⁾ como sistema salarial visando incentivar a produtividade do trabalho. Os subsídios aos produtos básicos de consumo acentuaram-se como consequência do crescimento da diferença entre preços pagos aos produtores e preços pagos pelos consumidores. Este aumento deveu-se a uma tentativa de reduzir o

(11) As guinadas políticas e o crescimento da contra-revolução nesta fase são analisados em detalhe por TORRES & CORAGGIO (1987, cap. 5) e IHCA (1987c). A guinada na condução da reforma agrária será tratada na seção 5.

(12) SNOTS é um sistema de remuneração que busca definir a relação entre salários individuais de acordo com a produtividade dos respectivos trabalhadores.

sacrifício imposto aos mais pobres pela política de arrocho no consumo em prol da expansão dos investimentos.

- c) Cresceu o crédito ao governo central e suas empresas, decrescendo o crédito ao setor privado (ver tabela 9). As taxas de juros reais nesse período também mantiveram-se negativas.
- d) Criou-se o FNI (*Fondo Nicaragüense de Inversiones*) para coordenar e racionalizar os créditos internos e externos.
- e) Tentou-se aumentar o controle sobre as importações para reduzir a compra de supérfluos, porém este objetivo não parece ter sido atingido, pois a importação de bens de consumo duráveis manteve-se (tabela 2) e não se verifica queda no índice de consumo não básico (tabela 3). Os resultados dessas políticas foram: queda do consumo privado, aceleração da inflação e crescimento do setor informal⁽¹³⁾. Somaram-se às pressões embutidas na lógica da política econômica a diminuição do crédito externo (tabela 10) e o aumento dos gastos com a guerra (tabela 3) que também passou a demandar mais esforço de poupança social.

2.3. Fase de sobrevivência: 1985-1987

Nesta fase o governo vive uma economia de guerra porque intensifica-se a agressão norte-americana (ver INIES, 1987a e 1987b). Em todas as políticas a prioridade é a defesa. A estratégia econômica utilizada é a de uma economia de sobrevivência. A lógica da política econômica desta fase consiste em ajustar a economia para frear o avanço dos desequilíbrios que a assolavam. Esse ajuste consistia basicamente em reduzir a inflação, a queda do produto interno e do consumo básico da população e os desequilíbrios externos. Tudo isso deveria ser feito ao mesmo tempo em que se defendia a Revolução da agressão externa.

Além do acirramento da agressão bélica norte-americana, o que aumentou seus efeitos danosos sobre o PIB (ver tabela 4), esta fase contou com o boicote comercial estabelecido no início de 1985 pela administração Reagan. Este boicote significou maiores custos de importações e problemas na reposição de componentes do capital instalado no país, que é em grande parte de origem norte-americana. Adicionou-se a isto a dificuldade de crédito externo que também tornou-se mais aguda nesta fase (ver tabela 10).

Causas estruturais e monetárias eram tidas como responsáveis pela inflação. O déficit fiscal incontrolável, que já não podia ser contrabalançado pelo

(13) Pode parecer estranho que o setor informal tenha crescido num período em que a economia estava com excesso de demanda efetiva a conseqüentemente maior demanda de trabalho. A causa desta aparente contradição pode ser identificada através da queda dos salários reais, como é demonstrado por BARROS (1986).

afluxo de capital externo, era o elemento causador de emissões monetárias excessivas e de um excesso de demanda do governo que não era contrabalançado pela respectiva poupança do setor privado⁽¹⁴⁾. Os desequilíbrios entre setores econômicos e a necessidade de conter as importações eram vistas como causas estruturais da inflação. Aliava-se a estes fatores a especulação, que segundo o governo também causava (e ainda causa) inflação (MITRAB, 1987, p. 98). O déficit tinha como causas principais os gastos com a guerra, o excessivo programa de investimentos (de difícil redução em virtude de etapas não concluídas de projetos em andamento), o crescimento dos subsídios e as perdas cambiais devido à diferença da taxa de câmbio usada nas importações e às taxas implícitas nas exportações. (PIZARRO, 1987, p. 221).

As quedas no produto interno e no consumo básico eram vistas como consequência da expansão das atividades especulativas, que deslocava recursos de setores produtivos (ver SPP, 1987, p. 133-135) e da queda da produtividade na economia (ver SPP, 1987, p. 25). A queda da produtividade é geralmente associada ao desgaste dos instrumentos utilizados na produção (JIMÉNEZ, 1987; SPP, 1987, p. 136), à redução da jornada de trabalho (GALLARDO, 1987) e ao aumento da rotatividade da mão-de-obra (SPP, 1987, p. 133-135; CASTILHO, 1987). Outro fator que fez com que o consumo básico caísse foi, além da queda do PIB, a queda do salário real (ver tabela 8).

O desajuste externo era um reflexo da dependência externa da economia e da queda das exportações. A queda na produtividade, o incentivo à importação em detrimento da produção doméstica em consequência da desvalorização cambial (PIZARRO, 1987, p. 221-223; MEDAL, 1986, p. 15), o peso do pagamento da dívida externa e as consequências danosas da guerra à produção (SPP, 1987, p. 155-156) são alguns dos fatores tidos como causas dos desajustes externos.

Para superar estes desequilíbrios as principais políticas econômicas (e suas respectivas justificativas) adotadas nesta fase (1985-1987) pelos economistas nicaragüenses foram:

- a) Extinção dos subsídios aos bens de consumo básico (ver PIZARRO, 1987, p. 223; INIES, 1987b). Com isto reduzia-se o déficit fiscal e eliminava-se uma das causas básicas da especulação, que era justamente a existência de preços que não correspondiam a um equilíbrio de mercado (ver PIZARRO, 1987, p. 223).
- b) Aumentos da taxa de câmbio⁽¹⁵⁾. Estes visavam principalmente reduzir: o

(14) Com o aumento da inflação o setor privado perdeu o incentivo para guardar suas poupanças nas instituições financeiras por falta de indexação das opções apresentadas.

(15) Houve aumento durante os três anos desta fase. No início de 1985 a taxa base era C\$ 10,00/US\$.

déficit do governo (e conseqüentemente a inflação) com diminuição da perdas cambiais (ver MEDAL, 1987, p. 17; SPP, 1987, p. 173); os desequilíbrios externos através da racionalização das importações⁽¹⁶⁾; e o contrabando para países vizinhos, o que levaria a aumentos no consumo interno (PIZARRO, 1987, p. 223).

- c) Tentativa de racionalizar o programa de investimentos públicos, reduzindo-os na medida do possível (INIES, 1987a e 1987b; PIZARRO, 1987, p. 217; VILAS, 1986a, p. 36-37), buscando aumentar sua eficiência (SPP, 1987, p. 27-28). Esta política visava reduzir o déficit público, aumentar o produto interno e o consumo doméstico via transferência de recursos que seriam poupados para o consumo imediato (SPP, 1987, p. 27-28)⁽¹⁷⁾. Desta forma tentava-se também amenizar as causas estruturais da inflação através de realocação dos investimentos para projetos de menor prazo de maturação e que se concentrassem em setores com problemas de oferta (SPP, 1987, p. 27-28).
- d) Redução dos gastos governamentais (PIZARRO, 1987, p. 217; VILAS, 1986a, p. 36-37), sem pôr em risco a defesa da Revolução; aumento da tributação, tanto através da elevação de taxas efetivas como através da extensão da base de aplicação de taxas, tentando desta forma captar recursos de atividades informais. Com isso procurava-se reduzir o déficit público, e conseqüentemente a inflação, e aumentar o produto através da diminuição do estímulo às atividades não produtivas.
- e) Melhoria de preços de garantia aos produtores para estimular as exportações (MEDAL, 1986, p. 19) e promoção dos incentivos em dólares para os produtores. Através deste incentivo os produtores apropriam-se de parte das divisas (dólares) obtidas com as suas exportações, podendo usá-las para importação de matérias-primas e equipamentos sem necessidade de autorização para fazer uso dos dólares do governo, bem como empregá-las na compra de bens de consumo importados em mercados especiais (*Diplo tiendas*). Estas divisas também são utilizadas pelo setor privado como forma de poupança já que a inflação é alta. Os canais de armazenamento

1,00. Em Julho de 1987 a taxa era múltipla, estando entre C\$ 100,00/US\$ 1,00 e C\$ 300,00/US\$ 1,00.

(16) Vale lembrar que as exportações dependiam dos preços de garantia aos exportadores e não das taxas de câmbio (ver TIMOSSI *et al.*, 1987, p. 21-23).

(17) Vale salientar que a economia nicaragüense encontrava-se, neste período, no ponto de pleno emprego dos fatores de produção, podendo por isso ser aplicado este tipo de linguagem neoclássica. Como foi argumentado anteriormente, a economia não se encontrava, e não se encontra ainda hoje, em seu máximo de produção realizável porque a produtividade pode aumentar. Mesmo assim a decisão de consumo presente e futuro, para o desempenho produtivo da economia, nestas circunstâncias, é um problema econômico crucial.

de poupança oferecidos pelo sistema financeiro nacional não são indexados e há um mercado negro de dólares que, na média, garante o poder de compra real desta moeda.

- f) Permissão para empresas privadas atuarem na exportação, com direito automático de importar o que quiserem usando parte dos dólares adquiridos. Apesar de se acreditar que esta política dinamiza as exportações, há uma forte oposição a ela dentro de organismos governamentais (MICOIN, por exemplo). O argumento utilizado é que o não enquadramento dessas importações dentro de uma ordem de prioridades estabelecida por critérios sociais pode desestabilizar a produção interna com competição exterior e desperdiçar as escassas divisas de que o país dispõe, porque, via de regra, o câmbio das moedas é feito pelas empresas envolvidas no mercado negro dos países para onde se exportou⁽¹⁸⁾.
- g) Empenho na distribuição, por canais oficiais, de 54 produtos básicos, tentando, na medida do possível, garantir preços acessíveis desses produtos à população e livrá-la dos especuladores. Esta política tinha o objetivo óbvio de amenizar a queda do consumo básico da população, principalmente dos dois segmentos hegemônicos no governo: trabalhadores (formais) e camponeses.
- h) Aumento de salários nominais, que todavia não compensavam as perdas devido à inflação (ver tabela 8). Em Julho de 1987 o governo anunciou que toda vez que um índice de preço (composto pelos 54 produtos de distribuição garantida pelo Estado) aumentasse em 25%, haveria um aumento dos salários. Esta é uma política de proteção mínima para um país que vislumbrava uma inflação de mais de 1000% em 1987. Esperava-se que os aumentos salariais também tivessem efeitos positivos no produto através da transferência de mão-de-obra de atividades informais improdutivas para setores produtivos formais.

As políticas mencionadas nem sempre surtiram efeito e algumas depararam-se, inclusive, com sérios problemas em sua implementação. De forma resumida podemos apresentar os seguintes resultados:

- a) A inflação não só não diminuiu como continuou aumentando (ver tabela 3). Conforme afirmação anterior esperava-se uma inflação superior a 1000% em 1987.
- b) O salário real continuou caindo porque os aumentos decretados não foram suficientes para compensar a escalada dos preços (ver tabela 8).
- c) O produto interno bruto continuou caindo (ver tabela 1) esperando-se queda

(18) Estes pontos foram-me mostrados por Julio Cardozo (diretor da *Organización del Comercio en MICOIN*) em Julho de 1987. Para uma explicação do funcionamento dessas importações, ver MICOIN (1987).

- do mesmo também em 1988. O consumo básico e o não básico caíram em 1985, mas se recuperaram um pouco em 1986 com o aumento das importações e redução das exportações (ver tabelas 1 e 3).
- d) A participação dos investimentos no PIB continuou crescendo em 1985 e 1986, apesar do valor total ter apresentado um pequeno decréscimo em 1985, voltando a crescer em 1986 a ponto de atingir seu recorde histórico desde 1982 (ver tabela 1). Apesar disso, a participação dos investimentos públicos nos gastos totais do governo e no PIB diminuíram (ver tabela 5).
 - e) O desajuste externo continuou (ver SPP, 1987, p. 155-164). O déficit na balança comercial permaneceu (tabela 3) e as exportações não reagiram às políticas para promovê-las (tabela 1). A dívida externa cresceu bastante, sendo possível amortizar apenas cerca de 10% dos serviços da dívida vencidos em 1986 (SPP, 1987, p. 156). As dificuldades de financiamento externo continuaram, com aumento da dependência dos “países amigos” – países socialistas (ver SPP, 1987, p. 160-161).
 - f) A proporção do déficit público para o PIB diminuiu nesta fase, diminuindo também a participação dos gastos governamentais totais no PIB (tabela 5).
 - g) Apesar das políticas visando sua redução, o setor informal especulativo parece ter continuado a crescer, estimando-se que hoje em dia cerca de 51% da população economicamente ativa urbana (ver IHCA, 1987b, p. 16) desempenha atividades informais, não sendo possível determinar que percentual destas atividades é improdutivo ou especulativo. Apesar de esta idéia ser difundida no país, não há evidência empírica para comprová-la; o governo continua denunciando o mal econômico que estas atividades representam, tentando combatê-las com uma campanha ideológica, que porém não tem produzido muita oposição ao governo por parte dos trabalhadores informais pobres pois eles não se identificam como sendo o segmento criticado (ver Universidad Centroamericana/Escuela de Sociología, 1986).

3. Relações Externas

Como visto anteriormente, o Governo popular herdou uma estrutura econômica fortemente dependente do exterior, além de uma dívida externa de US\$ 1,65 bilhões de dólares (INIES, 1987). Esta dívida foi contraída por causa: a) das oscilações dos preços internacionais das exportações nicaragüenses na década de 70; b) da necessidade de financiar a defesa num período de fortalecimento da FSLN; c) da demanda de recursos para reconstruir o país depois do terremoto de 1972. Aliado a estas causas havia a corrupção de somozistas no período de instabilidade política, que transferiam recursos obtidos em créditos para o exterior.

A Revolução levou a um desequilíbrio muito grande na estrutura produti-

va, com paralisação e destruição de várias unidades de produção. A reconstrução requerida após a revolução demandava muitos investimentos em uma economia dependente e com reduzida capacidade de poupança. O governo, na expectativa de aumento das exportações e na ânsia de melhorar as condições de vida da população o mais rápido possível, adotou uma política expansionista contraindo muitos empréstimos, que entraram no país em condições favoráveis no início da revolução (ver TIMOSSI *et al.*, 1987). Isto fez com que a dívida externa aumentasse bastante, levando a economia do país a apresentar grandes déficits na balança comercial (ver tabela 3). Contribuíram também para o aumento da dívida externa a expatriação de capitais logo após a Revolução, as sabotagens, o bloqueio econômico e a contra-revolução (ver STAHLER-SHOLK, 1987; STAHLER-SHOLK & ARANHA, 1987; TIMOSSI *et al.*, 1987).

Para continuar mantendo uma política expansionista, o governo necessitava de novos empréstimos, difíceis de se obter face à dificuldade de pagar o serviço da dívida existente. O governo optou, então, por renegociar sua dívida na expectativa de não quebrar a prática de honrar seus compromissos. Isto foi possível até o momento em que havia um grande fluxo de capital para o país. A partir de 1981, quando inicia o bloqueio norte-americano, começam a diminuir os empréstimos (tabela 10) de bancos privados e das instituições internacionais com maior participação de divisas líquidas não atreladas (ver STAHLER-SHOLK, 1987). Este fato veio tornar ainda mais difícil o pagamento da dívida. Diante disso, a JGRN (*Junta de Gobierno de Reconstrucción Nacional*) começou a pagar apenas os empréstimos a instituições que poderiam vir a conceder novos empréstimos que compensassem o pagamento efetuado (ver STAHLER-SHOLK, 1987, p. 164-165; SPP, 1987, p. 161).

Com o início da hostilidade econômica dos EUA em 1981 começaram a escassear os empréstimos multilaterais, que têm um componente maior de divisas líquidas para gastos livres. Também reduziram-se os créditos bilaterais (geralmente atrelados a gastos específicos), porém em menor proporção, que perduram até hoje (ver tabela 10). A partir de 1980, os empréstimos dos países socialistas expandem-se, porém, ainda permanece o receio destes países em fazer empréstimos à Nicarágua devido à insistência da sua política de não alinhamento (ver BERRIOS, 1985)⁽¹⁹⁾, bem como do desinteresse soviético em

(19) Apesar disso, a deterioração das relações da Nicarágua com a maioria dos países capitalistas fez com que os países socialistas sejam hoje em dia seu grande suporte internacional. Isto pode ser visto através da mudança da participação desses países no financiamento externo (ver tabela 10), bem como no suprimento de mercadorias (ver tabela 12) e na política de preços preferenciais adotada por esses países para as exportações nicaraguenses. Ao avanço das políticas de agressão econômica dos países ocidentais, os países socialistas responderam com uma ajuda humanitária para dar condições de resistência e manutenção de uma política antimperialista na Nicarágua. Apesar disso, não há uma política de investimento no desenvolvimento de longo prazo. A po...

instalar o socialismo em um país regionalmente isolado e fortemente dependente dos países do CAME e de sua política de evitar um confronto com o EUA no Ocidente (VANDERLAAN, 1986, p. 257).

Como visto, a Nicarágua, a partir de 1984, só recebe empréstimos bilaterais. A ampla maioria destes empréstimos vem atrelada ao compromisso de pagamento da dívida externa ou à importação de bens específicos. São as chamadas linhas de crédito. Como conseqüência disto, há uma diminuição da eficiência dos bens de capital importados, por problemas de ajustes, e diminuição do controle do Estado sobre a política de investimentos (ver seção 4).

Em virtude da política de investimentos expansionista, da queda na produção nacional e da tentativa governamental de manter o padrão de consumo da população, assim como pelos incentivos à importação em conseqüência da valorização cambial, o desequilíbrio externo não se reduziu e a dívida externa continuou crescendo durante os oito anos de Revolução. A perspectiva de solução para este desequilíbrio está numa recuperação futura das exportações, que contará com a ajuda da produção dos novos grandes projetos (ver seção 4; SPP, 1987, p. 158). Por enquanto a política continua sendo a imposição do menor sacrifício possível à população.

As dificuldades internas, dada a situação de crise e desajustes que o país tem enfrentado desde a Revolução Popular, e a herança de uma economia deformada não permitiram que grandes transformações estruturais referentes às relações externas fossem implementadas. Como mostrado na tabela 11, a dependência de importações de matérias-primas e bens intermediários para a produção doméstica agrícola não diminuiu. Comparando-se os anos pré e pós-Revolução verifica-se que houve um aumento inicial (em 1980) devido à destruição das estruturas produtivas internas e à retomada do crescimento. Segue-se uma redução na dependência externa do setor até 1982, provavelmente devido à reconstrução das antigas instalações. A partir de 1983 a dependência de importações de insumos volta a aumentar no setor primário, provavelmente refletindo o aumento da sobrevalorização da taxa de câmbio, que levou a exageros nas importações e à expansão do setor cooperativo, setor este que tinha prioridade para importar bens de capital e intermediários, apresentando, contudo, produtividade inferior à do setor privado. Já o percurso da indústria foi um pouco diferente (ver tabela 11). Houve um aumento na dependência externa da produção devido às destruições da guerra, porém a recuperação efetuada com a reconstrução reduziu a dependência comparativamente ao período anterior à Revolução. É provável que tal redução fosse maior caso a taxa de câmbio não tivesse sido sobrevalorizada.

lítica soviética é baseada na reposição das perdas causadas pela agressão Ocidental, mas garante a liberdade para que a Nicarágua construa seu destino livre e independente, respeitando desta forma os objetivos políticos da FSLN (ver VANDERLAAN, 1986, p. 257-259).

A participação das exportações primárias no agregado aumentou, mostrando uma maior especialização da economia da Nicarágua na produção desses bens. Uma possível explicação para isto é a queda na participação relativa das exportações para o MCCA no período pós-revolução (ver tabela 13), para onde se dirigia a maior parte das exportações secundárias devido à integração da indústria regional (ver BRUDENIUS, 1987, p. 100).

Dois outros indicadores mostram mudanças nas relações externas. O primeiro é a dependência das importações de bens de consumo no consumo total. Como visto na tabela 11, esta participação aumentou imediatamente após a Revolução, decaindo desde então⁽²⁰⁾, até atingir níveis inferiores aos encontrados antes da Revolução. A participação dos bens de capital importados nos investimentos fixos (exclusive construção civil) também mostrou melhoras no pós-Revolução (tabela 11). No período de reconstrução estas importações estiveram bem abaixo dos níveis pré-Revolução, voltando a subir quando se iniciou o período de grandes investimentos e quando houve tentativa de transformações mais profundas na estrutura produtiva (ver seção 4), sem chegar, porém, aos níveis anteriores.

Outro indicador de mudanças estruturais na economia é o do comércio exterior. Há uma diversificação muito grande tanto na origem das importações (tabela 12) como no destino das exportações (tabela 13). Há uma queda na importância dos EUA e dos países do MCCA como parceiros da Nicarágua, o inverso acontecendo em relação aos países da CEE, socialistas e do terceiro mundo⁽²¹⁾. No caso das exportações vale também salientar a aumento da importância do Japão como mercado para os produtos nicaraguenses⁽²²⁾.

4. Política de Investimentos

A cada fase da revolução corresponde uma política de investimentos com características distintas. Há, porém, algumas características que são comuns a todas as fases. Uma delas é a prioridade a nível de planejamento da produção de bens de consumo final básico e da defesa militar, em detrimento dos demais setores, objetivando o auto-abastecimento no setor de bens de consumo

(20) Deve-se observar que a redução da dependência dos bens de consumo importados era um dos objetivos fundamentais da Revolução (ver WHEELLOCK, 1985b; INIES, 1987b, p. 22).

(21) Para o caso dos países terceiro-mundistas o estreitamento das relações não está claro nas tabelas 12 e 13, dado o nível de agregação, mas a informação pode ser encontrada em INIES (1987b, p. 8).

(22) CONROY (1987) mostrou que o crescimento da participação do Japão e da CEE como mercados para as exportações nicaraguenses na verdade tem levado a uma concentração de mercados exportadores fazendo com que cresçam os riscos.

e a defesa da Revolução, desde o início ameaçada por forças contra-revolucionárias apoiadas pelo governo norte-americano. Aliado a esses dois objetivos básicos, tem-se a produção para exportação e a manutenção da infra-estrutura produtiva, completando-se, assim, os quatro objetivos básicos da Revolução⁽²³⁾.

A definição dos objetivos mostra a tentativa de inverter o benefício social da produção econômica, sendo prioridade a garantia de um padrão mínimo básico de sobrevivência da população. Esta prioridade é fundamental em uma economia atrasada e com uma população tão miserável como a nicaragüense. O choque desta política com interesses individuais que se beneficiavam com a antiga estrutura, contudo, fez com que a defesa tivesse que ser posta como um dos objetivos primordiais e que viesse a drenar muitos recursos nestes oito anos de Revolução Popular (tabela 3).

A inclusão da manutenção das infra-estruturas produtivas e das exportações deu-se em virtude da importância da realização desses dois objetivos para que os dois primeiros também pudessem vir a ser alcançados. A expansão das exportações era particularmente fundamental por causa do desequilíbrio do setor externo, agravado com o passar dos anos (como visto anteriormente) e da forte dependência da economia nicaragüense no que diz respeito a insumos e equipamentos importados, herança do modelo somozista de desenvolvimento (ver tabela 11).

A avaliação inicial da JGRN em relação ao setor secundário era de que a industrialização por substituição de importações era fruto da dependência econômica dos países periféricos e que não resolveria o problema da subordinação aos países do centro. Devido a isto optou-se por outra estratégia de industrialização baseada na transformação dos produtos primários nicaragüenses, iniciando-se por estágios de processamento mais elementares até alcançar estágios mais complexos da transformação industrial à medida que os estágios anteriores de transformação da matéria-prima já estivessem desenvolvidos internamente. Este processo implicaria a integração vertical da indústria nos ramos em que a economia da Nicarágua tivesse um bom potencial de desenvolvimento em virtude da produção de matérias-primas do setor primário⁽²⁴⁾.

Seguindo-se a lógica descrita no parágrafo anterior ter-se-á uma indústria menos dependente do exterior, o mesmo não ocorrendo com o consumo da população. Contudo, é provável que isto venha a acontecer porque o objetivo da JGRN é desenvolver uma indústria doméstica que produza para toda a po-

(23) Para uma apresentação dos objetivos econômicos nos diversos anos ver os planos econômicos (SPP, 1980-87). Para uma síntese dos objetivos e uma discussão mais detalhada da ordem de prioridades, ver ARGUELLO & KLEITERP (1985, cap. 1).

(24) A opção por esse tipo de política foi exposta de forma bastante simples por WHEELOCK (1985b).

pulação e não para uma pequena elite, como é o caso da maior parte dos países latino-americanos. Como a maioria da população nas sociedades latino-americanas tem um padrão de consumo muito baixo e os bens de consumo mais básicos têm, de certa forma, um nível de complexidade produtiva baixo, é fácil fazer com que a dependência de importações no consumo da população venha a ser menor, como pretende a estratégia de industrialização.

A tecnologia utilizada deveria ser a mais moderna possível para aumentar a produção *per capita* e o bem-estar da população. Isto acontecerá caso esta venha acompanhada de uma política de emprego e distribuição de renda consistente. O governo pode desenvolver tal política, como tem feito até então, por causa de sua forte participação na economia (ver tabela 5) e controle no processo de distribuição de renda através da determinação dos salários e possibilidade de controle de vários preços (podendo inclusive estender este controle a outros preços caso necessário). Esta opção tecnológica conduziu a duas outras políticas: exportação de parte da produção dos projetos modernos para que as plantas pudessem ser utilizadas sem problemas de economia de escala; e postergação automática para um futuro longínquo de uma integração vertical de alto nível, já que a Nicarágua teria muito o que desenvolver antes de vir a produzir uma maquinaria sofisticada⁽²⁵⁾.

Devido ao grande atraso industrial da Nicarágua, o atraso tecnológico da produção alimentícia e a ênfase na produtividade como forma de gerar excedentes acumuláveis e melhorar o padrão de vida da população, a estratégia de desenvolvimento econômico a ser adotada teria que incentivar os investimentos na agricultura para modernizar a produção de alimentos e concentrar esforços na agroindústria, por ser o primeiro estágio na estratégia de industrialização. Este tipo de política levou alguns estudiosos a descrever o modelo nicaraguense como baseado na geração de excedentes na agricultura (VILAS, 1986a). Vale salientar, contudo, que a ênfase setorial adotada foi uma consequência da estratégia centrada na produção de bens para o consumo popular e atraso econômico que se herdou. Entre 1980 e 1985, 44,4% dos investimentos concentraram-se na agropecuária e 36,8% em infra-estrutura sociais e econômicas. Obviamente, parte destes últimos dirigiam-se indiretamente ao setor agropecuário. Dos investimentos industriais (15,4% do total) grande parte dirigiu-se à agroindústria⁽²⁶⁾.

(25) Vale enfatizar que a integração vertical aspirada pelos nicaraguenses consistia essencialmente na produção doméstica das matérias-primas básicas requeridas pelos processos produtivos desenvolvidos dentro do país. É óbvio que a extensão desta integração à produção doméstica dos bens de capital é bastante limitada, dado o tamanho e o atraso da Nicarágua.

(26) Não temos dados precisos sobre o percentual destinado à agroindústria, porém ARGUELLO *et al.* (1987a, p. 45 e seguintes) agrupando alguns projetos do governo que concentravam 89% dos investimentos produtivos de 1984 e 87% dos de 1985 obtiveram um percentual de 39,5% para a agroindústria, 31,1% para a agropecuária e apenas 7,1% para as demais indústrias.

Outra característica comum a todas as fases é o predomínio dos investimentos estatais sobre os privados; ao contrário do que acontecia antes da Revolução. Por exemplo, o setor privado que entre 1975 e 1978 detinha 63% dos investimentos fixos, passou a reter apenas 24,43% entre 1980 e 1985 (ARGUELLO *et alii*, 1987b)⁽²⁷⁾. Os investimentos do governo deixaram de se concentrar no setor de infra-estrutura econômica e social para estender-se ao setor produtivo (ARGUELLO *et alii*, 1987a, p. 5-6). Assim, dos investimentos estatais apenas 48% foram aplicados em infra-estrutura econômica e social no período de 1980 a 1985 (ARGUELLO *et alii*, 1987b). Essa concentração de investimentos na mão do Estado não é uma consequência apenas da falta de ímpeto do setor privado, mas também uma estratégia da Revolução no sentido de mudar o centro dinâmico de acumulação no país (RUCCIO, 1987, p. 76-80).

Passemos agora às características específicas de cada fase.

4.1. 1ª fase: 1979-1982

Esta fase inicia-se com a economia bastante destruída pela guerra de liberação. Aliado a isto havia uma tendência recessiva no setor privado devido às incertezas quanto ao futuro político (RUCCIO, 1987, p. 70-80; DORE, 1986, p. 330-332) e à hegemonia popular no governo. Além da destruição das instalações existentes, havia a herança de uma economia com fortes deformações estruturais e com uma dívida externa muito grande se comparada à capacidade de produção do país. O governo assumiu a dianteira do processo de investimentos e estabeleceu como prioridade inicial, até 1981, a restauração das instalações e infra-estruturas econômicas e sociais básicas. Diante disso, a aplicação de recursos em maquinaria e equipamentos restringiram-se à reposição do que estava obsoleto ou destruído.

Nesta fase houve uma entrada muito grande de capital estrangeiro em forma de doações ou empréstimos em condições relativamente favoráveis. Porém, do lado real da economia, a destruição era grande e, em 1982, houve uma queda no PIB que se refletiu drasticamente nas importações. Isto teve um grande efeito nas atividades de investimento, que caíram 22,9% em relação ao ano anterior (BARRICADA, 15/08/83). Além dessas dificuldades, vale salientar os seguintes problemas enfrentados pelos investimentos concentrados em mãos do governo:

- 1) Uma capacidade de construção civil dramaticamente comprometida devido à fuga de técnicos e de capital ao exterior, inclusive máquinas e equipa-

(27) A pequena produção privada participou com 9,95% dos investimentos fixos e a grande com 14,48% (ARGUELLO *et alii*, 1987b).

mentos e da destruição destes em consequência da Guerra de Liberação (ARGUELLO *et al.*, 1987a, p. 26).

- 2) Problemas na gerência estatal de novos projetos, tanto por inexperiência administrativa e desarticulação da burocracia existente (ver, RUCCIO, 1987), como por falta de definição de projetos e ordens de prioridades de investimentos. Como o Estado costumava investir basicamente em infra-estrutura econômica e social, a organização gerencial do aparato estatal praticamente só tinha flexibilidade para executar este tipo de investimento. Quando a este fator acrescentou-se a organização e demanda popular, como consequência da Revolução, obteve-se como resultante um perfil de investimentos estatais bastante concentrados em infra-estrutura social e econômica (de 1980 a 1982, 27,9% dos investimentos totais destinaram-se à primeira e 38,9% à última). Apenas 33,2% foram utilizados em investimentos produtivos (ARGUELLO *et al.*, 1987b).

4.2. 2ª fase: 1983-1984

Durante o ano de 1982 foram elaborados projetos de investimentos de acordo com a filosofia alternativa à substituição de importações descrita anteriormente. Em 1983, dado o otimismo vigente em círculos governamentais e a disponibilidade de divisas para importação, iniciou-se um processo de investimento em projetos grandiosos e com tecnologia muito sofisticada. Tais investimentos direcionaram-se principalmente para o setor produtivo, que teve sua participação ampliada para 57,7% do total, enquanto que os recursos aplicados nos setores de infra-estrutura social e econômica foram reduzidos para 15,7% e 26,6%, respectivamente (ARGUELLO *et alli*, 1987b).

Os dados da tabela 5 mostram o esforço de investimento do governo a partir de 1983. O setor privado, porém, teve o seu investimento reduzido, como indicam os dados de participação dos gastos de capital do governo nos investimentos totais (tabela 3) e os dados de investimentos e do PIB (tabela 1). Este esforço parece ter se dirigido principalmente à indústria, com destaque à agroindústria, como mostram os dados de importação de bens de capital (tabela 2) e os dados sobre agroindústria citados anteriormente.

Houve uma queda nas importações de bens de capital para a agricultura, o que poderia indicar uma queda dos investimentos no setor. O alto crescimento nas importações de bens intermediários e matérias-primas para este setor, porém, pode indicar que os investimentos agrícolas na época levaram ao uso mais intensivo da maquinaria e equipamentos existentes, provavelmente com um aumento na área plantada. A mudança de ênfase na política agrícola do

governo das empresas da APP para as cooperativas pode ter levado ao crescimento das instalações produtivas com menor intensidade em capital, e conseqüentemente com uma redução nas importações de bens de capital. O setor privado também deve ter reduzido os seus investimentos em capital fixo devido às incertezas introduzidas com o novo modelo agrícola (ver seção 5). Os dados de emprego da mão-de-obra indicam que provavelmente houve uma diminuição na intensidade de capital na agricultura, uma vez que o emprego aumentou bastante entre 83 e 85, passando de 45.645 pessoas com dez anos ou mais para 268.172⁽²⁸⁾.

A construção civil, com a prioridade dada aos investimentos produtivos, parece que também teve seus recursos reduzidos, ou ao menos reestruturados, com o crescimento da participação relativa das construções contando com um menor coeficiente de materiais importados. Os índices de construção civil em Manágua (tabela 3), todavia, mostram que isto é improvável, já que o referido setor, que não está incluído em infra-estrutura social e econômica, apresenta uma queda em 1983. Em 1984 as importações de materiais de construção continuaram deprimidas. Apesar disto a construção civil em Manágua recuperou-se. Assim, não se pode fazer um balanço correto do setor, porém, como grandes obras com tecnologia mais sofisticada têm um coeficiente de importação maior, os dados parecem indicar que houve uma reestruturação no referido setor.

Apesar desta fase de grandes projetos iniciar-se três anos após o triunfo revolucionário, sua elaboração deu-se basicamente no ano de 1982, e apresadamente. Somaram-se a isto a inexperiência em planejamento de investimentos e o desejo de desenvolver uma política agressiva de grande alcance para as transformações estruturais, o que resultou em uma carteira de investimentos composta por projetos dissociados entre si e com o resto da economia. Também não houve articulação, nem se garantiu a compatibilidade desses projetos com os investimentos do setor privado. Houve subestimação dos gastos a se realizar, o que causou escassez de divisas⁽²⁹⁾ e concorrência entre projetos por recursos disponíveis. O agravamento da guerra nesse período e o bloqueio econômico do governo norte-americano intensificaram ainda mais a disputa por recursos.

Deve-se notar que a disputa por recursos externos não diminuiu a impor-

(28) Dados do INEC, *Nicarágua en cifras*, 1985. Vale salientar que entre os dois censos houve uma grande redução no número de pessoas empregadas em setor ignorado, porém mesmo que toda essa população fosse empregada no setor agrícola, ainda assim o aumento deste setor teria sido razoável.

(29) Deve-se recordar que pela natureza tecnológica dos projetos esses investimentos tinham um forte componente importado.

tação de bens de consumo duráveis (tabela 2), nem levou a uma queda significativa no consumo não básico (tabela 3), categorias de consumo que abrangem uma vasta gama de bens de consumo de luxo. Desta forma, o consumo de bens de luxo não parece ter diminuído neste período, o que mostra que o controle das importações deu-se dentro de limites que permitiram à classe mais alta manter seu padrão de consumo sem feri-la demasiado em nome dos interesses mais amplos da sociedade. Limitar as importações dos bens de consumo de luxo é muito difícil num momento em que há uma alta rentabilidade para os proprietários do capital, em virtude dos grandes investimentos governamentais, dos déficits fiscais e da queda dos salários reais e quando se quer manter a mão-de-obra qualificada no país em um período de solidificação política do poder popular.

Em 1984 uma avaliação governamental mostrou que os investimentos estavam superdimensionados desde sua definição inicial e também que as metas iniciais estavam sendo sobrecumpridas. Esse superdimensionamento, aliado ao agravamento da guerra e da deterioração da situação externa, levou a economia a uma perda muito grande de flexibilidade. Quase todos os recursos externos passaram a estar comprometidos com a guerra ou com os grandes projetos. Isto criou grandes tensões devido à forte dependência externa da economia nicaragüense (ver seção 3). Diante desta situação procurou-se rever alguns projetos para reduzir, quando possível, os recursos utilizados. Concluíram-se alguns poucos empreendimentos secundários, porém sem muito efeito na tentativa de contornar a rigidez externa.

Um grave problema desta fase é que se relegou a segundo plano a reposição do estoque de capital existente. A forte pressão nos recursos externos fez com que esta reposição muitas vezes não fosse efetuada. Como os grandes projetos estavam concentrados em alguns setores específicos e seus prazos de maturação eram longos, o descuido com as reposições causou sérios problemas para a reprodução futura da economia. Desde 1984 percebia-se este problema, tanto que muitos economistas locais propuseram uma reavaliação do capital a ser investido nos grandes projetos e a paralisação dos que não fossem considerados prioritários a partir daquele momento. Porém, os projetos já iniciados não podiam ser interrompidos em virtude do grande desperdício que isto representaria.

4.3. 3ª fase: 1985-1987

Esta fase iniciou-se com uma inflação crescente e altos déficits governamentais, em meio a um período de queda do PIB (tabelas 1 e 3). A economia tinha dificuldade de desenvolver-se devido ao descuido com a reposição

de capital e às dificuldades no balanço de pagamentos. Os grandes projetos ainda não tinham começado a produzir resultados e os gastos com a guerra tiveram que ser aumentados (ver tabela 3). Nestas circunstâncias, o governo resolve mudar radicalmente sua política, instalando o que chamou de economia de sobrevivência. O objetivo era evitar a alocação de recursos em investimentos novos de grande monta, canalizando a maior parte do excedente disponível para a manutenção, reposição e ampliação do capital, visando conter a queda do PIB real.

Não obstante advogasse a política de sobrevivência, o governo estava comprometido com grandes projetos, os quais drenavam quase todos os recursos disponíveis para investimentos e impunham uma rigidez muito grande na demanda efetiva da economia numa época de queda da produção⁽³⁰⁾. Apesar disso, não se reverte imediatamente, de forma significativa, a política anterior de aplicação de recursos. Em 1985, 63% dos investimentos foram alocados em novos projetos em virtude de duas razões básicas:

- 1) Dificuldades de créditos externos para manutenção e ampliação de empresas existentes. Neste período o bloqueio norte-americano reduziu bastante as fontes de créditos livres. A maioria dos créditos obtidos estavam direcionados para programas específicos, que muitas vezes implicavam novos projetos de investimento.
- 2) Contradições dentro do governo (entre planejadores e executores destas políticas) levaram à inclusão de novos projetos considerados prioritários e a gastos maiores em novos investimentos do que o planejado (em 1985 tentava-se aplicar em novas instalações 51% dos investimentos; este percentual subiu para 63% à medida que os projetos eram executados). Devido a este investimento, em uma economia cujo produto vinha caindo, realizou-se em 1985 um dos maiores esforços de aplicação de recursos desde o triunfo da Revolução nicaragüense (ver tabelas 1 e 2). A pressão dos investimentos sobre a demanda efetiva total continuou em 1986, como pode ser visto na tabela 1.

Em 1985, a escassez de divisas e as dificuldades gerenciais atrasaram boa parte dos grandes projetos, incluindo aqueles que deveriam estar concluído naquele ano. Além dos déficits em conta corrente do balanço de pagamentos (ver tabela 1) e da restrição ao acesso a créditos de fontes multilaterais em consequência do bloqueio norte-americano (ver tabela 4 e 10), houve um au-

(30) Vale salientar que esta queda no produto deveu-se a dois fatores básicos: 1) queda na produtividade do trabalho e 2) redução no estoque de capital em uso disponível. Contribuíram para estes dois fatores as dificuldades do balanço de pagamento e o embargo norte-americano. As políticas de caráter recessivo adotadas para conter os desequilíbrios não reduziam a renda, apenas o excesso de demanda efetiva sobre o produto de pleno emprego.

mento significativo da importação de bens supérfluos (ver tabela 2). Isto contudo não é indício de que houve aumento no consumo não básico, como demonstrado na tabela 3, mas sim de que a política de incentivos em dólares aos exportadores, intensificada nesta fase, levou a um rearranjo do consumo não básico em duas formas: mudança na composição entre bens importados e bens produzidos internamente; redistribuição entre setores sociais do consumo supérfluo, com aumento da participação dos agricultores engajados na produção para exportação.

Em 1986 os investimentos passaram pelas mesmas contradições de 1985: de um lado, a grande necessidade de redução do volume de importação por causa da queda no PIB e desequilíbrios externos; de outro, a demanda dos setores para evitar os desequilíbrios estruturais, a necessidade de reposição e manutenção de estoques para garantir ao menos a reprodução simples da economia e a demanda de recursos pelos grandes projetos em andamento. Estas contradições levaram a um aumento nos investimentos totais (ver tabelas 1 e 2), apesar da tentativa do governo de racionalizar os mesmos. Os fatores que enviesaram as aplicações em 1985 para novos projetos também estiveram presentes em 1986⁽³¹⁾, porém, houve um aumento na participação dos investimentos em reposição no total, ao menos no que se refere aos governamentais. Em 1985 somente 18% do total foi dedicado à reposição. Em 1986 esta cifra subiu para 32% e apenas cerca de 24% foi dedicado a novos projetos (IHCA, 1987a, p. 18).

Apesar de todas as tensões que a política de investimentos tem causado, é possível prever mudanças estruturais na economia da Nicarágua que venham causar uma forte inflexão na geração de excedentes, fazendo com que o crescimento seja compatível com um melhor bem-estar da população. Esta inflexão deve ter como elemento propulsor os investimentos iniciados entre 1983 e 1986, porque previa-se para 1987 e anos subseqüentes maior ênfase em investimentos de reposição (de acordo com o programado, apenas 1% dos recursos governamentais de 1987 foi destinado a novos projetos, segundo dados do IHCA, 1987a, p. 18) mais de acordo com a lógica de sobrevivência da economia destes anos.

Previo-se também uma mudança na estratégia de investimentos e conseqüentemente de transformações estruturais. A partir de agora os investimentos deverão ser menos intensivos em capital e mais intensivos em mão-de-obra, o que implica menor sofisticação tecnológica e menor prazo de maturação. Esta mudança reflete a percepção dos sacrifícios impostos à sociedade

(31) Informações obtidas em Manágua de um alto funcionário do *Fondo Nicaragüense de Inversiones* (FNI), confirmaram esta assertiva, justificando-a principalmente por causa da vinculação dos recursos emprestados à Nicarágua para novos projetos. Este problema persistia também em julho de 1987.

pela política de transformação estrutural desenvolvida e das condições reais em que a economia está se desenvolvendo. A opção tecnológica adotada era contraditória à lógica de sobrevivência da economia, pois, além do sacrifício presente estar se acentuando em troca de benefícios de longo prazo, aumentava a dependência de recursos externos no curto prazo, num momento em que o país passava por grandes dificuldades no setor externo.

5. Transformações agrárias

A queda do produto agrícola e a destruição das estruturas produtivas foram muito grandes devido à insurreição popular. Desde então, o produto agrícola esteve em ascensão até 1983, começando a declinar a partir de 1984 (ver tabela 6). Março de 84 também foi problemático no que diz respeito às tendências da produtividade do setor agrícola exportador. Até este ano, as principais culturas do referido subsetor tiveram a sua produtividade ascendente, declinando a partir de então (ver tabela 7). Já nas principais culturas de consumo interno, se se pode identificar alguma tendência geral, esta seria inversa (ver tabela 7). Estes movimentos, contudo, encobrem transformações profundas na estrutura de produção agrária, que serão objeto de análise nesta parte do artigo.

A fonte mais importante de mudanças estruturais na agricultura nicaragüense no período pós-Revolução foi (e é até hoje) a reforma agrária implementada. Esta consistiu basicamente na distribuição de terras, formação de cooperativas e unidades de produção estatal e mudanças na política creditícia. Estas medidas tiveram relevância e características distintas nas três fases da Revolução. Tentaremos, a seguir, especificar como elas revelaram-se em cada fase e explicar os efeitos das suas articulações na produção agrícola no período em análise.

5.1. 1ª fase: 1979-1982

A Revolução encontrou nos camponeses e trabalhadores rurais, assim como nos semiproletários, categoria híbrida das duas primeiras, um dos seus grandes pontos de apoio. As reivindicações que mobilizavam essas classes consistiam no fim da miséria para os camponeses e no acesso à terra às outras duas categorias, com a conseqüente melhoria de vida que a propriedade fundiária proporcionaria. Porém, como a revolução contou com apoio de segmentos da classe dominante, tinha como parte do seu programa de unidade nacional o respeito à propriedade privada, desde que ela fosse utilizada em benefício da sociedade.

Assim, confiscaram-se as propriedades de Somoza e seus aliados, o que representava aproximadamente 25% de todas as terras em cultivo no país. As culturas desenvolvidas nestas terras faziam uso de tecnologia moderna, voltadas basicamente para exportação. Por este motivo, decidiu-se originariamente não dividir tais propriedades em parcelas individuais porque isto levaria à queda na produtividade com grandes retrocessos tecnológicos. Assim, criou-se um setor agrícola estatal que se tornou parte da APP.

Vários trabalhadores rurais e camponeses sem terra resolveram, por iniciativa própria, organizar-se em grupos e tomar grandes propriedades, nelas desenvolvendo formas arcaicas de cooperativas (a base destas cooperativas era a propriedade individual dos lotes de terra, com algumas atividades em regime de mutirão). No início, o governo, por ter hegemonia das forças populares, não reagiu a essas invasões. Com o tempo, porém, quando estas começaram a acentuar-se e pôr em risco a unidade nacional, o governo iniciou um processo de devolução dessas propriedades aos seus antigos donos, causando uma grande reação dos trabalhadores e camponeses sem terras. Em fevereiro de 1980 estes foram a Manágua, organizados pela ATC (*Asociación de los Trabajadores del Campo*), para reivindicar que “nem um só palmo mais de terra fosse devolvido aos antigos proprietários” Isto fez com que o governo suspendesse a devolução das propriedades, tentando controlar politicamente as invasões e passando a estimular a formação de cooperativas nas terras invadidas. Estas cooperativas tinham como base a propriedade coletiva da terra com trabalho conjunto e repartição, entre os membros, dos ganhos da colheita. Elas ficaram conhecidas como Cooperativas Agrícolas Sandinistas (CAS) e em 1982 tornaram-se o tipo de organização da produção agropecuária privilegiada pelo governo sandinista⁽³²⁾.

Apesar de terem-se formado as primeiras cooperativas neste período, a principal ênfase da política governamental consistiu na criação das APP e no aumento e democratização do crédito rural. Estas medidas foram consideradas mais eficientes para o cumprimento dos objetivos imediatos da revolução nesta fase, que consistiam em reerguer a produção para melhorar o padrão de vida da população e defender a revolução. A mudança na estrutura agrária não só dificultaria a recuperação da produção, em virtude de todas as dificuldades de operacionalização intrínsecas a todo processo desta natureza e da instabilidade que isto acarretaria aos produtores privados, como também iria insuflar a reação do defensor universal da propriedade privada (o governo norte-americano), neste caso mais acobertado no seu intervencionismo pelo suporte que teria das classes proprietárias nicaragüenses.

(32) Esses fatos e os seguintes são discutidos mais detalhadamente em DEERE *et al.* (1985); McARTHUR (1987); IHCA (1987b); COLLINS (1982).

A democratização do crédito foi uma política que atendeu, em certa medida, às mudanças reivindicadas pela população rural. No primeiro ano de Revolução a participação do crédito a pequenos produtores individuais saltou de 4% do total no período de Somoza para 23% (IHCA, 1987b, p. 16; ENRIQUEZ & SPALDING, 1987). Para maior eficiência na distribuição desses créditos e melhor assistência aos camponeses pobres incentivou-se a criação das Cooperativas de Crédito e Serviços (CCS)⁽³³⁾. Apesar da difusão do crédito entre os camponeses, não foram desenvolvidos serviços de assistência técnica aos mesmos, o que diminuiu bastante os efeitos positivos dos créditos. Muitos camponeses desperdiçavam-nos em consumo de supérfluos (ver COLBURN, 1986, p. 89-90), já que os gastos monetários na produção eram pequenos⁽³⁴⁾.

O setor APP enfrentou grandes dificuldades no seu estabelecimento, cujas origens eram basicamente de natureza administrativa – consequência da inexperiência dos novos administradores e indefinições nas relações entre trabalhadores e administradores, tendo como principal característica a insubmissão dos primeiros aos últimos (ver JIMENEZ, 1987). Os trabalhadores reduziram o número de horas trabalhadas (JIMENEZ, 1987; DEERE *et al.*, 1985, p. 80; COLBURN, 1986, p. 107) e o número de empregados nestas propriedades aumentou⁽³⁵⁾, como forma de combater o desemprego rural existente e diminuir as invasões de propriedades (COLBURN, 1986, p. 111; DEERE *et al.*, p. 81-82).

Apesar das dificuldades mencionadas, conseguiu-se bons resultados na estratégia adotada para elevar-se a produção agropecuária. O produto agrícola cresceu nesta fase, como pode ser visto na tabela 6. Contudo, criaram-se sérias tensões na aliança entre camponeses e trabalhadores, base de sustentação da Revolução. Houve um grande crescimento da insatisfação nos meios rurais, principalmente por causa da política de reforma agrária, que não estava satisfazendo uma das principais reivindicações dos trabalhadores rurais e camponeses sem terra: o acesso à mesma. Somou-se a esta questão a queda dos salários rurais, que começou a acentuar-se a partir de 1982 (ver tabela 8).

(33) Nestas cooperativas os camponeses recebem assistência técnica e outros serviços em conjunto, mas produzem separadamente em lotes individuais.

(34) Como argumentado por ENRIQUEZ & SPALDING (1987), a distribuição de crédito tinha como maior consequência uma melhoria no padrão de vida dos camponeses, ao invés de um aumento na produção. ENRIQUEZ (1985) chegou a defender que o incremento na renda causado pela política de crédito levou a uma redução na oferta de mão-de-obra para a agricultura de exportação. A justificativa para isso é que os semiproletários reduziram as horas de trabalho realizadas fora de suas propriedades.

(35) Estudos sugerem que o emprego no setor APP aumentou em cerca de 25% nos dois primeiros anos da Revolução (ver COLBURN, 1986, p. 111).

Conscientizando-se destes problemas o governo deu o seu primeiro grande giro na condução da reforma agrária, tendo início a segunda fase da Revolução.

5.2. 2ª fase: 1983-1984

Esta fase inicia-se com o avanço da contra-revolução, conseguindo inclusive angariar apoio camponês dentro da Nicarágua. O governo resolveu reajustar sua política agrária através da mudança de ênfase nos pilares da reforma agrária, ou seja, na formação do setor APP e na política de crédito aos camponeses. A reestruturação das propriedades da APP continuou em andamento, mas parte das terras foram transferidas para cooperativas ou camponeses individuais, pois houve redução na área total. Em dezembro de 1983, o setor APP detinha 1.623.092 *manzanas*. Em março de 1985 este valor havia baixado para 1.306.211 *manzanas* (INEC, *Anuario Estadístico de Nicaragua*, 1983 e 1985), representando uma queda de 24,26% na área pertencente a este setor. A expansão dos créditos para o setor privado agrícola também reduziu-se (ver tabela 9).

O governo passou a enfatizar a organização das Cooperativas Agrícolas Sandinistas (CAS). O número total das CAS mais do que duplicou entre 1982 e 1985, passando de 499 para 1.110 (IHCA, 1987b, p. 21). O número de membros das CAS passou de 7.081 para 22.823 camponeses. O segmento social mais atingido pela adoção do cooperativismo foi o dos trabalhadores rurais semiproletários. Este segmento foi escolhido porque os idealizadores das cooperativas achavam que por já terem uma maior ligação com a terra (eram proprietários fundiários, com experiência em trabalhos coletivos, sendo também trabalhadores rurais que vendiam sua força de trabalho para os latifundiários) estariam mais aptos a se adaptarem ao trabalho coletivo das cooperativas, nas quais os mesmos seriam co-proprietários da empresa agrícola (IHCA, 1987b).

As CAS tiveram destacada preferência nas políticas governamentais, obtendo créditos em condições mais amenas que os demais setores e prioridade nas importações de bens de capital e insumos requeridos para a agricultura (ver ENRIQUEZ & SPALDING, 1987). As terras em que as mesmas se instalavam estavam entre as melhores disponíveis. Os objetivos do governo ao incentivar estas cooperativas eram os seguintes:

- 1) Desenvolver uma nova relação social de produção visando elevar o nível de vida dos camponeses através de uma maior produtividade material. Esse objetivo era justificado pelo fato de uma cooperativa poder usar uma tecnologia mais sofisticada ao invés de produções camponesas individuais. Como a pobreza no meio rural da Nicarágua é muito grande, o uso eficiente,

- por camponeses isolados, de tecnologias modernas só seria possível dentro de muitos anos. Em vista disso a produtividade do trabalho teria que ser sacrificada em nome das leis de mercado e da igualdade social.
- 2) Melhorar a assistência técnica e de crédito aos produtores rurais, já que as dificuldades de comunicação e locomoção no país implicariam menor rendimento das cooperativas, caso os produtores estivessem isolados.
 - 3) Levar os camponeses a um nível superior de organização política e social, onde o individualismo, típico da ideologia burguesa e bastante acentuado pelo isolamento dos camponeses, decorrente da infra-estrutura econômica com a qual se defrontavam, fosse substituído por uma visão mais comunitária do mundo. As CAS constituíram um dos maiores investimentos da Revolução para construir o novo homem do socialismo nicaraguense.
 - 4) A mobilização política a que as cooperativas levariam, dado o processo de socialização requerido, contribuiria para o fortalecimento da política de defesa da Revolução porque a um maior nível de consciência política corresponderia um maior empenho na defesa da “*Nicarágua Libre*” Elas também comprometeriam mais os camponeses com a revolução, já que estes teriam conquistas a defender: suas terras melhores condições de vida etc.

Apesar de todos os esforços, os resultados econômicos e sociais não foram os esperados. Para que os trabalhadores se ajustassem a um sistema comunitário de produção era preciso que passassem por um processo de ajuste ideológico. Este processo, contudo, não foi suficientemente desenvolvido por falta de recursos e de pessoal preparado. Os trabalhadores rurais filiavam-se às cooperativas porque as viam como a forma mais acessível de melhoria de vida e não vislumbravam de antemão as dificuldades que a organização da produção cooperativa traria (WHEELLOCK, 1987).

Outro problema decorreu da forma como foi conduzido o processo de cooperativismo pelos quadros da FSLN. Concebeu-se um modelo ideal de organização econômica (produção, distribuição e consumo), ao qual se tentava ajustar as cooperativas (WHEELLOCK, 1987). Tal fato restringiu a participação dos trabalhadores no concernente às suas relações sociais dentro das cooperativas, ocasionando reação dos mesmos às normas estabelecidas quando as dificuldades se apresentavam. Isto porque, por força das contingências, viam-se subordinados às cooperativas não se identificando como co-fundadores das mesmas.

As conseqüências desses problemas foram a baixa produtividade das cooperativas, a redução das jornadas de trabalho, a necessidade de contratação de trabalhadores assalariados antes de se esgotar todo o potencial de mão-de-obra das comunidades e a continuidade do problema de camponeses e trabalhadores rurais sem terra, por causa do baixo ritmo de expansão da reforma

agrária, dada a gravidade e urgência deste problema para o país. Estes fatores levaram a um subaproveitamento das terras e da força de trabalho alocadas às cooperativas. Concomitante a isto existiam as dificuldades oriundas do setor privado, a saber:

- 1) Aumento das incertezas dos produtores por causa da expansão da contra-revolução e maior radicalização do governo, com implementação das tomadas de terra permitidas pela lei de reforma agrária e legalização das terras invadidas.
- 2) Redução das CCS por desestímulo das políticas do governo, basicamente da política de crédito.
- 3) Desajustes de preços dos produtos de consumo básico em virtude da política de subsídios. Isto fez com que às vezes fosse mais barato para o agricultor comprar estes produtos do que produzir. Estas distorções levaram conseqüentemente a uma redução da área plantada.

O conjunto destes fatores levaram à queda, a partir de 1984, do produto agropecuário.

5.3. 3ª fase: 1985-1987

Esta fase inicia-se quando o governo percebe as contradições do processo cooperativo e sofre pressões de camponeses pobres e trabalhadores rurais para distribuir terras (VILAS, 1986a, p. 125-127 e 139-140). Diante disto a lei de reforma agrária sofreu modificações, tornando suscetível de expropriação uma maior gama de propriedades, desde que fosse de interesse social (ver McARTHUR, 1987, p. 17; FAUNE, 1986). O processo de distribuição de lotes individuais apresentou um grande incremento, tendo sido entregues, só em 1985, 156.745 *manzanas* de terra a camponeses individuais, o que representou 75% do total de terras individuais distribuídas até então. Em 1986 mais 109.929 *manzanas* foram entregues⁽³⁶⁾. Este processo é parte de uma flexibilização da política agrícola com vistas a melhor ajustá-la às demandas da população rural.

O governo continuou dando prioridade às suas políticas (creditícia, de comercialização etc.) referentes ao setor cooperativista, enfatizando as CAS, tornando-se, porém, mais flexível. Aumentou o apoio a outros tipos de cooperativas – CCS e CSM (Cooperativa de *Sucos Muertos*)⁽³⁷⁾ – e modificou a estra-

(36) Dados de VILAS, 1986a, para 1985 e McARTHUR, 1987, para 1986.

(37) As CSM são terras cultivadas individualmente, que contam com áreas entre os lotes individuais em que a produção é coletiva. Da mesma forma que nas CAS e CCS, verifica-se, neste caso, o cooperativismo para que seja possível receber serviços de comércio, assistência técnica e financiamentos.

tégia de implementação das CAS. Passou a aceitar mais variantes do modelo desde que elas representassem os interesses dos camponeses cooperativados que passaram a definir melhor as relações sociais dentro das cooperativas.

A necessidade de conter a queda do produto agrícola fez com que o governo: a) aumentasse a flexibilidade da política de comercialização, dando maior liberdade aos produtores (incluindo as cooperativas) de vender a comerciantes privados; b) reduzisse o salário real dos trabalhadores agrícolas a taxas menores que as verificadas em relação ao salário médio total (ver tabela 8), para que não houvesse escassez de mão-de-obra nos setores rurais; c) difundisse os incentivos em dólares como política de estímulo às exportações. Por outro lado, as dificuldades do SFN levaram a uma redução do crédito aos produtores rurais (ENRIQUEZ & SPALDING, 1987; SPP, 1987, cap. 8), principalmente aos produtores privados (SPP, 1987, cap. 8). O Estado passou a competir mais com o setor privado na comercialização dos produtos agropecuários, muitas vezes tomando preços no mercado, apesar de garantir preços mínimos aos produtores; aperfeiçoou também o sistema estatal de distribuição de mercadorias ao meio rural, visando proporcionar à população desta área um padrão de vida similar ao dos setores urbanos. Esta política visava também aumentar a disponibilidade de mão-de-obra no campo, já que nesta fase havia escassez de mão-de-obra para a agricultura (ver SPP, 1987, p. 47).

Apesar da produção geral continuar em queda (tabela 6) a produtividade da mão-de-obra vem aumentando (com recuperação das jornadas de trabalho), embora, em 1987, estivesse abaixo da média do período pré-revolução (ver JIMENEZ, 1987). Além da escassez de mão-de-obra, antes mencionada, dois outros problemas têm dificultado o incremento da produtividade no meio rural; a obsolescência dos instrumentos de trabalho decorrente da falta de reposição de maquinaria após 1983 (ver seção 4) e dificuldades de adaptação aos novos equipamentos agrícolas importados principalmente dos países do CAME.

A área plantada no período 86/87 aumentou em 15,5% em relação ao período anterior (SPP, 1987, p. 46), crescendo também a flexibilidade da comercialização do setor privado e das cooperativas. Apenas isto seria suficiente para se esperar um aumento da produção agrícola em 87/88. No entanto, a estes aspectos positivos poderão ser adicionados a conclusão de grandes projetos de alta produtividade, que estarão iniciando sua produção nos próximos anos, o enfraquecimento das forças agressoras norte-americanas, fato este que implicará menor destruição de plantações e demais estruturas produtivas e a perspectiva de paz que o governo da Nicarágua vem tentando conseguir através do isolamento político internacional da contra-revolução.

(38) Para uma descrição detalhada dos efeitos da guerra de agressão na economia da Nicarágua até

Conclusão

Como visto, são inúmeros os problemas enfrentados pela Revolução. Com freqüência tem-se enfatizado que a guerra de agressão é o principal fator desestabilizador da economia. Na verdade seus efeitos são grandes⁽³⁸⁾. Estima-se que até o fim de 1987 o custo da guerra teria sido superior a uma vez e meia o PIB de 1986⁽³⁹⁾. Outros fatores, porém, têm criado dificuldades para a economia nos últimos anos. Entre eles destacam-se as dificuldades do setor externo e os erros de política do governo.

Dificuldades externas têm afetado toda América Latina, especialmente a América Central, devido à sua forte dependência econômica. Segundo dados da CEPAL, dentre os 5 países da América Central que fazem parte do MCCA a Nicarágua é o país cujo produto apresenta menor redução entre 1980 e 1986. Para a Nicarágua esta crise trouxe como grandes conseqüências a deterioração dos termos de troca (ver tabela 3), o aumento dos juros internacionais e a dificuldade de obtenção de recursos externos⁽⁴⁰⁾.

Os erros de política do governo têm duas origens: a primeira é a inexperiência administrativa dos novos governantes numa situação em que as tarefas a serem desempenhadas pelo Estado ressentem-se de uma estrutura operacional adequada, dada a diferença existente entre o papel a ser desempenhado pelo Estado Sandinista e o exercido pelo antigo Estado autoritário somozista⁽⁴¹⁾; a outra é a necessidade de agradar a classes antagônicas para conseguir manter a unidade nacional. Isto faz com que muitas vezes as políticas não sejam implementadas com firmeza para não ferir os interesses de setores sociais que participam da transformação revolucionária⁽⁴²⁾.

Uma outra causa das dificuldades por que tem passado a economia nicaragüense advém do fato de a sociedade desejar uma transformação estrutural muito grande, envolvendo o governo e a sociedade civil. Esta transformação,

1985, ver FITZGERALD (1987). VILAS (1987) fez uma análise sobre os efeitos da guerra na articulação entre setores sociais e todo o processo de transformação que se desenvolve hoje na Nicarágua. Sua tese principal é de que a guerra está levando a uma maior democratização, devendo a política governamental voltar-se mais para os grupos majoritários que fizeram a revolução, para que estes não diminuam o apoio que dão à FSLN. A mudança na política e a redução dos investimentos em favor do consumo básico seriam exemplos dessas mudanças em resposta aos reclamos dos trabalhadores e camponeses. A tabela 4 traz alguns indicadores de perdas econômicas com a guerra.

(39) O valor em dólar do PIB usado foi de 2.315 milhões, segundo dados fornecidos pelo IHCA (1987a).

(40) Apesar do embargo norte-americano, outros países ocidentais poderiam representar fonte de empréstimos livres de contrapartida comercial, caso não tivessem também dificuldades financeiras.

(41) Este problema foi mostrado por VILAS (1986b).

(42) Este problema também foi mostrado por VILAS (1986a).

como qualquer outra, exige um processo de ajuste que tem um custo social muito grande. Ocorre que existe uma desarticulação entre as estruturas antigas (que apesar das distorções funcionavam) e dificuldades na implementação de novas. Parte dessas dificuldades é consequência do custo de readaptação e parte advém das indefinições que surgem em períodos revolucionários.

Um exemplo clássico na Nicarágua é o caso da comercialização de produtos agrícolas. Com a revolução, vários dos antigos intermediários desapareceram. O Estado assumiu um papel maior nesta intermediação através de empresas estatais (tais como a ENABAS e CORCOP), porém não preencheu, de imediato, o lugar dos antigos intermediários, ocasionando com isto problemas de abastecimento e intermediação da produção em algumas regiões. Outro exemplo são as dificuldades de assistência social que surgiram nas terras tiradas da família Somoza e seus aliados em virtude do rompimento das relações de clientelismo então existentes. Pode ainda ser citada a queda dos investimentos do setor privado devido às incertezas quanto ao seu futuro⁽⁴³⁾ e muitos outros.

Todas essas dificuldades têm sido enfrentadas com muita habilidade política pela FSLN, que tem conseguido encarar os problemas sem cair no descrédito público e sem precisar recorrer a uma postura mais autoritária, comum em períodos de Revolução⁽⁴⁴⁾. Os resultados das eleições de 1984 e a hegemonia da FSLN nas principais organizações de massa mostram seu respaldo popular. A própria existência de eleições; a convocação de uma assembléia nacional constituinte, eleita em 1984, que concluiu a constituição em janeiro de 1987; o funcionamento de vários partidos de oposição e o poder das organizações populares mostram que a democracia tem sido um fator importante na construção da Nova Nicarágua.

Apesar das dificuldades econômicas, acreditamos terem sido lançados os germes para a construção de uma nova sociedade na Nicarágua. Julgamos que o término da agressão norte-americana, os reajustes na economia, a filosofia dominante no governo, as lições do passado e o controle já obtido sobre a economia (e que tende a aperfeiçoar-se ainda mais) poderão garantir no futuro um desenvolvimento mais igualitário, livre das deformações que a condição de país capitalista periférico tem imposto aos países latino-americanos. Os obstáculos são muitos, mas a Nicarágua tem marchado para construir um país em que "a miséria e a opressão não serão mais que cicatrizes na história"

(43) Sobre este ponto ver IHCA (1987d).

(44) Ver TORRES & CORAGGIO (1987) e CORRAGIO (1986).

Referências Bibliográficas

- ARGUELLO, A. & KLEITERP, N. *Inversiones, 1979-1985*. Manágua, Fondo Nicaragüense de Inversiones, 1985 (mimeo).
- ARGUELLO, A.; CROES, E.; KLEITERP, N. *Nicarágua: acumulación y transformación, 1979-1985*. Manágua, Secretaria de Planificación y Presupuesto, 1987(a) (mimeo).
- . *Inversiones en Nicaragua: logros y dificultades*. *Pensamiento Propio*, 39:21-36, 1987(b).
- BID (Banco Interamericano de Desarrollo). *Progreso económico y social en América Latina: informe 1986*. Washington, 1986.
- BARRICADA. *Lunes socio-económico de Barricada*. Manágua, CIERA, 15/08/1983.
- BARROS, A. *The political economy of informal sector*. Tese de mestrado, University of Illinois, 1986.
- BRUDENIUS, C. Industrial development strategies in revolutionary Nicaragua. In: SPALDING, R. (ed.). *The political economy of revolutionary Nicaragua*. Boston, Allen & Unwin, 1987.
- CASTILLO, M. *Algunas notas sobre el proceso de industrialización en Nicaragua*. Manágua, Secretaria de Planificación y Presupuesto, 1987 (mimeo).
- CEPAL. *Nicarágua: repercusiones económicas de los acontecimientos políticos recientes*. México, 1979.
- . *Anuario estadístico de América Latina, 1981*. Washington, United Nations, 1983.
- . *Anuario estadístico de América Latina, 1985*. Washington, United Nations, 1986.
- COLBURN, F. *Post-revolutionary Nicaragua*. Berkeley, University of California Press, 1986.
- COLLINS, J. *What difference could a revolution make?* San Francisco, Food First, 1982.
- CONROY, M. Patterns of changing external trade in revolutionary Nicaragua: voluntary and involuntary trade diversification. In SPALDING, R. (ed.). *The political economy of revolutionary Nicaragua*. Boston, Allen & Unwin, 1987.
- CORAGGIO, J. Economía y política en la transición, reflexiones sobre la revolución sandinista. In CORAGGIO, J & DEERE, C. (eds.). *La transición difícil: la autodeterminación de los pequeños países periféricos*. México, Siglo Veintiuno, 1986.
- DEERE, C. P. Marchetti & REINHARDT, N. The peasantry and the development of Sandinista agrarian policy, 1979-1984. *Latin American Research Review*, 20(3):75-109, 1985.
- de FRANCO, M. *Employment and the urban informal sector: the case of Managua*. Diss. de Ph.D. University of Wisconsin, Madison, 1979.
- DORE, E. Nicaragua: the experience of the mixed economy. In: HARTLYN, J. & MORLEY, S. (eds.). *Latin American political economy*. Boulder, Westview Press, 1986.
- ENRIQUEZ, L. *Social transformation in Latin America: tensions between agro-export production and agrarian reform in revolutionary Nicaragua*. Diss. de Ph.D. University of California, Santa Cruz, 1985.
- & SPALDING, R. Banking systems and revolutionary change: the politics of agricultural credit in Nicaragua. In SPALDING, R. (ed.). *The political economy of revolutionary Nicaragua*. Boston, Allen & Unwin, 1987.
- FAUNE, A. Agresión imperialista y campesinato en Nicaragua. *Revista Nicaragüense de Ciencias Sociales*, 1:16-27, 1987.
- FITZGERALD, V. Notas sobre fuerzas de trabajo y la estrutura de clases en Nicaragua. *Revista Nicaragüense de Ciencias Sociales*, 2:34-40, 1987(a).
- . An evaluation of the economic costs to Nicaragua of U.S. aggression: 1980-1984. In SPALDING, R. (ed.). *The political economy of revolutionary Nicaragua*. Boston, Allen & Unwin, 1987(b).
- GALLARDO, A. La produtividade debe valorarse integralmente. *Boletín Socio-Económico*, 2:4-9, 1987.
- GIBSON, B. A. A structural overview of the Nicaragua economy. In SPALDING, R. (ed.). *The political economy of revolutionary Nicaragua*. Boston, Allen & Unwin, 1987.
- IHCA (Instituto Histórico Centro Americano). Plan económico 87. *Envío*, 70: 14-26, 1987(a).
- . Rural cooperatives breaking new ground? *Envío*, 72:14-38, 1987(b).
- . Mas cerca de la paz. *Envío*, 73:17-45, 1987(c).
- . Empresa privada nicaragüense. *Envío*, 70:27-36, 1987(d).
- INEC. *Nicarágua en cifras*. Manágua, vários anos.
- . *Anuario estadístico de Nicaragua*. Manágua, 1979, 1980, 1983 e 1985.
- INIES. Contener espiral inflacionaria, meta prioritaria de la revolución! *Boletín Socio-Económico*, 3:11-18, 1987.
- . Nicaragua: cambios estruturales y política económica (1979-1987). *Boletín Socio-Económico*, 4:1-33, 1987(b).
- JIMENEZ, C. No basta "conciencia política" para elevar produtividade. *Boletín Socio-Económico*, 3:3-6, 1987.

- McARTHUR, H. Nicarágua: la cuestión agraria y la revolución. *Perspectiva Mundial*, outubro, 1987.
- MEDAL, J. *La crisis y las políticas macroeconómicas*. Manágua, CINASE, 1986.
- MICOIN (Ministério del Comercio Interior). *Propuesta de tratamiento al comercio formal*. Manágua, 1987 (mimeo).
- MITRAB (Ministério del Trabajo). *El sector informal urbano en Manágua*. Manágua, CETRA, 1987.
- MORAMETZ, D. Economic lessons from some small socialist developing countries. *World Development*, 8:337-369, 1980.
- NUÑEZ, O. *El Somocismo y el modelo capitalista agroexportador*. Manágua, UNAN, 1981.
- PIZARRO, R. The new economic policy: a necessary readjustment. In SPALDING, R. (ed.). *The political economy of revolutionary Nicaragua*. Boston, Allen & Unwin, 1987.
- RUCCIO, D. The state and planning in Nicaragua. In SPALDING, R. (ed.). *The political economy of revolutionary Nicaragua*. Boston, Allen & Unwin, 1987.
- SPP (Secretaria de Planificación y Presupuesto). *Plan económico 1987*. Manágua, INIES, 1987.
- STAHLER-SHOLK, R. Foreign debt and economic stabilization policies in revolutionary Nicaragua. In SPALDING, R. (ed.). *The political economy of revolutionary Nicaragua*. Boston, Allen & Unwin, 1987.
- TIMOSSI, G.; STAHLER-SHOLK, R. & ARAÑA, M. *Deuda externa y políticas de estabilización y ajustes estructurales en Centroamérica y Panamá, 1979-1986: El caso de Nicarágua*. Manágua, CRIES, 1987 (mimeo).
- TORRES, R. & CORRAGIO, J. *Transcripción y crisis in Nicarágua*. San José, DEI, 1987.
- UCA / Escuela de Sociología. *Hipótesis sobre la estrategia de sobrevivencia de las clases populares de Manágua y el impacto del Mensaje económico gubernamental*. Manágua, ANICS, 1986 (mimeo).
- VANDERLAAN, M. *Revolution and foreign policy in Nicaragua*. Boulder, USA, Westview Press, 1986.
- VILAS, C. Sobre la estrategia económica de la revolución sandinista. *Desarrollo Económico*, 26(101):121-142, 1986(a).
- . La economía mixta y la transición desde el subdesarrollo. In CINASE & Fundación Friedrich Ebert Stiftung. *La Economía Mixta en Nicarágua*, CINASE, 1986(b).
- . El impacto de la guerra en la Revolución Sandinista. *Revista Nicaragüense de Ciencias Sociales*, 2:5-18, 1987.
- WEEKS, J. *The economies of Central America*. New York, Holmes & Meier, 1985.
- WHEELOCK, J. *Imperialismo y ditadura*. Manágua, Nueva Nicarágua, 1985(a).
- . *Entre la crisis y la agresión: la reforma agraria sandinista*. Manágua, Nueva Nicarágua, 1985(b).
- . Movimiento cooperativo: proyecto irreversible de la revolución en el campo. *Informaciones Agropecuarias*, 23:30-37, mar-abril, 1987.
- WORLD BANK. *Nicaragua: the challenge of reconstruction*. Washington, 1981.

(Originais recebidos em dezembro de 1987. Revistos pelo autor em abril de 1988).

TABELA 1

COMPOSIÇÃO DO PIB (1980-1987) A PREÇOS CONSTANTES
(EM MILHÕES DE CÓRDOBAS DE 1980)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986(a)
PIB	20789,8	21914,3	21735,4	22738,1	22382,0	21468,4	21376,9
Consumo	21269,0	19392,2	18283,7	19579,3	20255,9	19941,2	20578,0
Público	4103,1	4654,3	5441,1	7457,8	8748,2	9360,6	9735,0
Privado	17165,9	14737,9	12842,6	12121,5	11507,7	10580,6	10843,0
Investimento	3489,8	5336,4	4397,9	4781,9	4823,9	4795,1	5058,8
Fixo	3032,2	4854,3	3919,7	4103,9	4193,8	4240,6	4304,3
Variação de estoque	457,6	482,1	478,2	678,0	630,1	554,5	754,5
Exportações	5039,3	5788,9	5323,0	5699,7	4513,3	3985,0	3150,7
Importações	8999,3	8603,2	6269,2	7322,8	7211,1	7252,9	7410,7

Nota: (a) Dados preliminares.

Fonte: Banco Central da Nicarágua (dados não publicados).

TABELA 2

PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES, POR CATEGORIA, NO PIB (EM %) 1980-1986

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986 ^(a)
1. Bens de consumo não-duráveis	10,49	7,69	4,34	5,22	4,17	5,02	5,13
2. Bens de consumo duráveis	2,09	1,85	1,63	1,67	1,91	2,09	2,15
3. 1 + 2	12,58	9,54	5,97	6,89	6,08	7,11	7,28
4. Combustíveis etc.	1,27	0,96	1,14	1,39	1,88	1,96	2,01
5. Matéria-prima agrícola	3,01	2,19	1,30	2,22	2,30	2,83	2,91
6. Matéria-prima industrial	19,33	17,10	12,47	12,64	12,72	12,36	12,69
7. 4 + 5 + 6	23,61	20,25	14,91	16,25	16,90	17,15	17,61
8. Material de construção	1,45	1,33	1,74	0,88	0,86	0,99	1,01
9. Bens de capital agrícola	1,17	1,17	0,92	0,68	1,11	0,97	1,01
10. Bens de capital industrial	2,97	4,74	4,05	5,87	5,67	5,67	5,82
11. Equipamento de transporte	1,22	1,97	1,23	1,59	1,55	1,89	1,94
12. 8 + 9 + 10 + 11	6,81	9,21	7,94	9,02	9,19	9,52	9,78
13. Diversos	0,29	0,25	0,03	0,04	0,04	0,00	0,00
14. Total	39,98	42,75	33,44	33,32	34,60	38,36	35,52

Nota: (a) Dados preliminares.

Fonte: Calculado com base em dados do BCN (não publicados) e INEC.

TABELA 3
ALGUNS INDICADORES ECONÔMICOS (1979-1986)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
1. Índice de construção civil em Manágua ^(a)	17142,2	19618,5	54655,1	62490,7	47096,5	62782,9	77961,1	90877,4	-
2. Inflação anual ^(b)	48,2	35,3	23,9	24,8	31,1	35,4	219,5	681,6	264,5 ^(c)
3. Índice de consumo básico	-	100	103,0	97,9	88,4	88,3	82,5	87,9	-
4. Índice de consumo não básico	-	100	58,3	37,7	42,0	41,5	36,2	46,6	-
5. Déficit em conta corrente/PIB ^(b)	-	19,04	12,84	4,35	7,14	12,05	15,22	19,93	-
6. Gastos diretos de defesa/PIB ^(b)	-	-	8,0	9,0	12,0	16,0	21,0	25,0	-
7. Déficit fiscal/PIB ^(b)	8,87	10,01	10,49	13,70	29,98	24,76	23,23	17,03	-
8. Gasto de capital do governo/ I_{total} ^(b)	-	47,54	24,68	37,93	99,52	75,68	45,53	31,84	-
9. Índice dos termos de troca	94,0	111,7	88,8	76,0	79,9	80,1	79,6	-	-
10. Dívida externa ^(d)	1347,6	1570,7	2163,2	2578,4	3788,1	4436,5	5116,9	5687,2	-

Notas: (a) Em área autorizada de construção (m²).

(b) Em porcentagem (%).

(c) Inclui apenas os meses até junho.

(d) Em milhões de dólares, referindo-se apenas à dívida de médio e longo prazo. Os dados para 1986 nas linhas 1, 2, 5 e 9 são preliminares.

Fontes: 1. INEC, *Nicarágua en cifras*.

2. INEC; TIMOSSI *et al.* (1978).

3, 4, 6 e 7. TIMOSSI *et al.* (1987).

5. Calculado com base na tabela 1.

8. Calculado com base em dados de TIMOSSI *et al.* (1987) e BCN.

9. Extraído de STAHLER-SHOLK (1987).

10. Os dados para 1979-1985 foram extraídos de TIMOSSI *et al.* (1987) e os dados para 1986 de SPP (1987).

TABELA 4
**CONSEQÜÊNCIAS DA GUERRA: PERDAS MATERIAIS E FINANCEIRAS
DIRETAS E SEUS EFEITOS SOBRE O PIB
(EM MILHÕES DE DÓLARES)**

	Perdas Diretas						Total	Efeitos sobre o PIB
	Materiais			Financeiras				
	D B	P P	sub-total	E B	P E C	sub-total		
1980	0,5	1,0	1,5	—	—	—	1,5	0,0
1981	4,0	3,4	7,4	8,2	—	8,2	15,6	241,0
1982	11,0	21,2	32,2	38,3	—	38,3	70,5	326,0
1983	58,6	106,6	165,2	61,3	14,0	75,3	240,5	331,0
1984	27,7	170,2	197,9	92,1	15,0	107,1	305,0	458,0
1985	18,4	97,8	116,2	73,0	79,4	152,4	268,6	682,0
1986	14,2	89,8	104,0	92,0	79,4	171,4	275,4	783,0
1987 ^(b)	10,1	41,5	51,6	—	—	—	51,6	779,0
Total	144,5	531,5	676,0	364,9	187,8	552,7	1228,7	3600,0 ^(a)

Notas: DB = Destruição de bens, capital mais estoques.

PP = Perdas de produção.

EB = Empréstimos bloqueados.

PEC = Perdas devido ao embargo social.

(a) Estimado para o fim de 1987.

(b) Até 30 de abril em 1987.

Fonte: INEC (dados não publicados).

TABELA 5

CONTAS DO GOVERNO CENTRAL, 1979-1986
(EM MILHÕES DE CÓRDOBAS DE 1980)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Investimentos totais	2789,57	4565,60	5229,68	5538,76	7054,36	7828,02	6927,54	6437,34
Gastos totais	4555,14	6648,00	7529,36	8516,98	13872,29	13369,60	11915,54	10078,25
– Correntes	3817,15	4789,00	6253,22	6969,03	8770,89	9554,70	9653,61	8945,54
– Capital	738,00	1659,00	1276,14	1547,96	5101,40	3775,20	2261,93	1132,71
Déficit fiscal	1765,29	2062,20	2269,68	2978,23	6817,93	5541,58	4988,00	3640,97
– Financiamento interno	1404,66	1179,00	1463,30	2170,74	5113,00	4594,66	4745,79	3272,30
– Financiamento externo	271,76	903,20	836,38	807,48	1704,93	946,92	242,21	368,67
	Relações (em %)							
Déficit PIB	8,87	10,01	10,49	13,70	29,98	24,76	23,23	17,0
	Imposto Direto/Receitas							
Tributário	24,81	28,21	26,19	22,60	21,67	23,25	22,73	23,74
Gastos/PIB	22,88	31,96	34,36	39,18	61,01	59,73	55,50	47,15
Gastos de Capital/PIB	3,71	7,98	5,82	7,12	22,44	16,82	10,54	5,30
Gastos (cap./total)	16,20	27,96	16,95	18,17	36,77	28,16	18,98	11,34
Financiamento int./déficit	79,57	56,62	63,63	72,89	74,99	82,91	95,14	89,86
Financiamento ext./déficit	15,96	43,38	36,37	27,11	25,01	17,09	4,86	10,12

Nota: Para deflacionar os valores correntes utilizou-se o deflator do PIB fornecido pelo BCN.

Fonte: Calculado com base em TIMOSSI *et al.* (1987).

TABELA 6

PIB POR SETOR DE ATIVIDADE A PREÇOS CONSTANTES
(EM MILHÕES DE CÓRDOBAS DE 1980)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986(a)
PIB	20798,8	21914,3	21735,4	22738,1	22382,0	21468,4	21376,9
Atividades primárias	4826,8	5286,1	5435,5	5749,0	5442,0	5180,7	4900,9
– Agricultura	2872,1	3538,3	3578,8	3897,6	3535,8	3292,5	3216,8
Atividades Secundárias	6094,4	6330,4	6138,0	6533,4	6574,2	6339,9	6456,4
– Indústria Manufatureira	5332,0	5493,0	5496,3	5805,7	5828,9	5554,9	5643,8
– Construção	607,3	670,6	499,6	582,9	633,9	697,3	697,3
– Indústria Mineira	155,1	166,8	142,1	144,8	111,4	87,7	115,3
Atividades Terciárias	9877,6	10297,8	10161,9	10455,7	10365,8	9947,8	10019,6

Nota: (a) Dados preliminares.

Fonte: Banco Central da Nicarágua (dados não publicados)

TABELA 7

 DADOS SOBRE AS PRINCIPAIS CULTURAS DE EXPORTAÇÃO
 E GRÃOS BÁSICOS DE CONSUMO DOMÉSTICO

	79/80	80/81	81/82	82/83	83/84	84/85	85/86 ^(b)
Exportação							
Café							
Área colhida	229,10	140,90	125,70	125,90	128,10	125,60	121,40
Produção	1128,10	1284,90	1328,00	1568,40	1069,70	1115,00	768,70
Rendimento	5,36	9,12	10,56	12,46	8,35	8,88	6,33
Algodão							
Área semeada	64,00	134,60	132,70	129,20	167,60	164,30	123,80
Produção	473,70	1645,80	1387,40	1753,20	1884,50	1505,60	1105,40
Rendimento	7,40	12,23	10,46	13,57	11,24	9,16	8,93
Cana-de-Açúcar^(a)							
Área colhida	53,10	56,40	62,90	64,00	61,60	61,14	61,40
Produção	2364,20	2672,40	3115,90	2939,70	3132,90	2583,50	2788,60
Rendimento	44,52	47,38	49,54	45,93	50,86	42,26	45,42
Banana^(c)							
Área colhida	4,10	4,70	3,71	3,78	3,21	3,77	3,80
Produção	5709,80	6501,00	6308,62	4478,43	6985,00	6051,40	5950,80
Rendimento	1392,60	1383,20	1700,44	1184,77	2176,00	1605,10	1566,00
Consumo Doméstico							
Arroz							
Área colhida	51,40	46,60	61,40	47,53	63,30	54,70	50,80
Produção	1386,70	1402,95	2025,60	1634,74	2233,00	1942,90	1774,40
Rendimento	26,98	30,11	32,99	34,39	35,28	35,52	34,93
Milho							
Área colhida	240,00	231,00	294,02	179,84	269,50	270,00	198,20
Produção	3168,30	3995,30	4199,70	2378,15	4709,70	4679,10	4461,40
Rendimento	13,20	17,30	14,28	13,22	17,48	17,33	22,51
Feijão							
Área colhida	76,20	77,60	107,53	96,43	86,15	120,00	106,00
Produção	635,20	624,70	904,92	686,33	594,45	1287,00	1025,50
Rendimento	8,34	8,05	8,41	7,12	6,90	10,73	9,67
Sorgo							
Área colhida	70,80	69,30	94,17	68,41	46,90	53,90	81,20
Produção	1379,50	1939,50	2097,72	1158,30	1884,20	2070,70	2895,90
Rendimento	19,48	27,99	22,28	16,93	40,17	38,42	35,66

Notas: (a) Inclui cana para panela.

(b) Cifras preliminares.

(c) As cifras correspondem ao ano calendário.

A medida de área utilizada foi de milhares de *manzanas*. As de produção foram milhares de caixa de 42 libras para banana, toneladas cortadas para a cana, milhares de quintais ouro para café e algodão e quintais para o restante.

Fonte: INEC. *Nicarágua en cifras*.

TABELA 8

**SALÁRIO MÉDIO REAL TOTAL E AGRÍCOLA (PREÇOS DE 1980 EM
CÓRDOBAS) E RELAÇÕES DE SALÁRIOS MÉDIOS SETORIAIS**

Ano	Médio Total	Agrícola	Agric./Indust.	Agric./Com.	Agric./Total
1979	2367,93	2227,32	0,972	0,928	0,941
1980	2012,00	2305,55	1,079	0,960	1,146
1981	2041,66	2195,04	1,078	0,888	1,075
1982	1781,60	2030,02	1,099	0,939	1,139
1983	1555,70	1709,69	1,005	0,858	1,099
1984	1557,77	1598,95	1,048	0,926	1,026
1985	1090,95	847,28	0,794	0,697	1,777
1986	417,49	370,76	0,970	0,825	0,888
1987	120,09	109,06	1,609	0,945	0,908

Fonte: Banco Central da Nicarágua (dados não publicados).

TABELA 9

**ESTATÍSTICAS DO CRÉDITO INTERNO (1981-1986)
(EM MILHÕES DE CÓRDOBAS DE 1980)**

	1981	1982	1983	1984	1985	1986 ^(a)
Do Sistema Financeiro Nacional aos Setores de Propriedade						
Setor privado	8548,96	7696,01	7177,10	5631,74	5067,66	3457,88
Setor APP	4180,72	5116,46	5798,59	7013,57	3529,48	3613,07
Setor Público	1989,26	1378,67	816,34	1009,15	1193,64	686,39
Do Sistema Bancário aos Setores de Atividades						
Agricultura	4063,73	4218,81	4202,65	4006,91	2828,82	2183,30
Pecuária	1537,95	2199,57	2772,14	2491,67	1464,42	14222,07
Indústria	4470,28	4253,55	3998,62	4696,06	3483,02	2078,61
Comércio	927,14	749,83	654,99	496,64	600,06	447,30
Outros	1730,58	1390,71	1347,29	1919,40	220,80	449,09
Total	12729,68	12812,47	12975,69	12645,31	8597,12	6580,36

Notas: (a) Dados preliminares.

Usou-se o deflator do PIB do BCN para obter-se os valores a preços constantes.

Fonte: BCN (dados não publicados).

TABELA 10

CONTRATAÇÃO DE CRÉDITOS EXTERNOS, 1979-1986
(EM MILHÕES DE DÓLARES)

Conceitos/Anos	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	79/86
1. Multilateral	213,0	171,9	86,7	93,6	65,6	0,0	0,0	0,0	630,8
2. Bilateral	58,7	300,1	670,6	402,1	336,3	341,7	756,3	166,3	3032,1
– P. Ocidentais									
e Terceiro Mundo	58,7	255,1	495,7	180,2	204,0	135,3	120,0	55,4	1504,4
– Europa Ocidental	14,6	63,6	60,2	38,7	86,7	33,5	106,9	26,0	430,2
– América Latina	44,1	118,9	332,5	138,5	83,5	86,1	5,5	19,4	828,5
– EUA	0,0	72,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	72,6
– Canadá	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,7	7,6	0,0	23,3
– África/Ásia	0,0	0,0	103,0	3,0	33,8	0,0	0,0	10,0	149,8
– P. Socialistas	0,0	45,0	174,9	221,9	132,3	206,4	636,3	110,9	1527,7
3. Total	271,7	472,0	757,3	495,7	401,9	341,7	756,3	166,3	3662,9

Fonte: Ministério de Cooperación Externa (In: TIMOSSI *et al.*, 1987).

TABELA 11

INDICADORES DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986 ^(c)
A Agricultura ^(a)	10,32	5,07	8,62	7,82	4,31	13,00	9,71	5,19	8,79	9,47	11,72	12,70
Industrial ^(b)	66,57	61,34	74,14	59,85	54,58	73,25	66,21	48,05	48,29	47,93	47,04	47,10
B Agropecuária	44,40	51,30	59,60	55,80	55,40	47,80	60,00	58,20	67,30	72,90	79,40	70,50
Indústria	52,90	47,10	38,80	42,40	43,20	43,30	34,80	37,90	32,10	27,10	20,60	29,50
C	9,96	10,65	11,18	9,21	8,62	12,30	10,79	10,37	10,05	7,48	7,56	7,49 ^c
D	68,93	66,34	66,02	67,62	83,77	58,95	48,08	45,25	61,57	62,10	62,57	62,67

Notas: (A) Dependência da produção setorial de matérias-primas externas (em %).

(B) Composição das exportações por setores econômicos (em %).

(C) Participação das importações de bens de consumo no consumo total (em %).

(D) Participação das importações nos investimentos fixos, incluindo-se construção civil (em %).

(a) Inclui pecuária, caça, pesca e silvicultura.

(b) Inclui mineração.

(c) Dados preliminares.

Fontes: A, C e D. Para 1979-1986 calculado com base em dados do INEC, *Nicarágua en cifras* e BCN (dados não publicados). Para 1975-1978 calculado com base em dados do CEPAL (1981) e INEC, *Anuário estadístico, 1979*.

B. INEC, *Anuario estadístico de Nicaragua*.

TABELA 12

ESTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES (CIF) POR
MERCADO DE ORIGEM (EM %)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986(a)
MCCA	30,86	22,61	21,23	15,08	15,31	9,02	6,41	6,40
ALALC	21,27	20,24	26,25	27,24	23,46	17,86	11,36	11,40
CEE	9,66	7,85	11,50	14,07	9,73	12,49	12,24	12,20
AELC	0,86	1,12	1,88	1,33	2,99	3,51	4,43	4,40
CAME	0,11	0,20	3,31	11,48	16,55	25,75	42,87	42,90
EUA	25,24	27,46	26,52	19,01	19,42	16,11	7,52	7,50
Japão	3,78	3,22	2,85	2,39	2,38	2,93	3,44	3,40
Outros	8,22	6,03	7,27	9,41	10,16	12,33	11,72	11,80

Nota: (a). Dados preliminares.

Fonte: INEC (*Nicarágua en cifras*).

TABELA 13

ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES (FOB) POR MERCADO (EM %)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986(a)
MCCA	15,91	16,75	14,18	12,84	7,81	9,63	8,02	8,00
ALALC	0,60	0,07	2,16	3,58	2,13	1,78	0,01	0,00
CEE	26,29	28,75	20,61	23,43	25,99	29,23	39,66	39,70
AELC	0,31	0,67	0,16	0,31	0,42	0,38	1,07	1,10
CAME	0,00	2,69	5,66	7,36	12,77	6,17	5,11	5,10
EUA	31,73	36,04	26,95	22,27	17,46	12,23	6,67	6,70
Japão	5,37	2,83	11,15	11,08	15,35	24,82	20,08	20,10
Outros	19,77	12,20	19,12	19,14	18,07	15,75	19,37	19,30

Notas: (a) Dados preliminares.

Fontes: Calculado com base em dados do INEC, *Nicarágua en cifras*.